

ATA N.º 7/2020

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2020:

Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, e por videoconferência, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Raúl Pereira Lino (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Secretário da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, e Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Bombas Amador (CDU), António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Inês Fitas Cação (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD) e Ricardo José Silva Gomes (PSD), reuniu-se extraordinariamente a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período de intervenção do público.

2.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação de atas das sessões anteriores.

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação de taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2021;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a participação no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2021;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2021;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (modificação 24);

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Peniche, para aquisição de uma viatura;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Estratégia Local de Habitação;

8) Nomeação de um cidadão para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

3.º - Apreciação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas, encontrando-se na sala vinte e dois dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, compareceu no decurso da sessão, após a aprovação das atas, os senhores Henrique André da Silva Estrelinha (PS) e Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS) compareceram no decurso da sessão, durante a apreciação do ponto um da ordem do dia, e passaram de imediato a participar nos trabalhos.

O senhor Raúl Pereira Lino encontrava-se a substituir o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD) e Inês Fitas Cação (CDU), encontravam-se a substituir os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD) e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP) e Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Ana Rita Petinga, Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APROVAÇÃO DE ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES:

Deliberação n.º 15/2020: Foram presentes as atas n.º 3 e 4/2020, respeitantes à sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 30 de junho de 2020, e extraordinária do mês de julho, realizada no dia 29 de julho de 2020, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 3/2020 – Aprovada, por unanimidade, com dezoito votos a favor.

Ata n.º 4/2020 – Aprovada, por unanimidade, com vinte votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA FIXAÇÃO DE TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI), PARA O ANO DE 2021:

A Assembleia passou à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Eu sugiro, como é normal nestas circunstâncias, que haja uma apresentação, que a discussão fosse feita no geral, mas que a votação seja feita ponto a ponto.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«A senhora Vice-Presidente vai fazer a apresentação dos três pontos, eles serão discutidos em conjunto e votados individualmente.»

Senhora Vice Presidente, Ana Rita Petinga (GCEPP):

Fez a apresentação conjunta dos documentos, relativos aos pontos dois, três e quatro.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Boa noite. Gostaria de cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara e os respetivos colegas presentes na sala e por videoconferência, obviamente, os membros da Assembleia Municipal, os senhores Presidentes de Junta, a Comunicação Social, os trabalhadores do Município que estão aqui e as pessoas que nos veem.

Relativamente às propostas que são apresentadas vamos apresentar uma proposta concreta. Sobre esta questão dos impostos, julgo que todos estão lembrados que nas sucessivas reuniões da Assembleia Municipal, a este propósito, o grupo da Coligação Democrática Unitária, teve sempre uma postura positiva e vai mantê-la através da proposta que vai apresentar, ou seja, nós nunca votámos contra nenhuma proposta relativamente aos impostos propostos pela Câmara, no entanto, não deixámos de chamar à atenção que se impunha, mais tarde ou mais cedo, de preferência mais cedo do que mais tarde, que a Presidência da Câmara apresentasse uma proposta concreta que, no fundo, fosse ao encontro de uma ideia que todos tínhamos, era preciso de alguma forma corrigir alguns valores, obviamente, não colocando em causa o aspeto essencial que é a gestão da Câmara em termos financeiros, mas, obviamente, salvaguardando um princípio que é o princípio da evolução dos impostos, também face ao momento que vivemos. Nem a propósito, dois mil e vinte, este ano que se pode considerar um ano difícil para todos, particularmente para as famílias portuguesas, e nós estamos incluídos neste grande coletivo que são as famílias portuguesas, mas dois mil e vinte veio evidenciar estas dificuldades. A Covid-19 deixou e está a deixar uma marca e não vai deixar a nossa vida tão depressa, a imunidade de grupo prevê-se que só em agosto poderá atingir números na ordem dos 60%, isto significa que vamos, ainda, ter um desafio enorme pela frente, a luta pela sobrevivência em muitos casos, porque, como sabemos, existem muitas pessoas que já faleceram, outras que estão em estado grave e, sem dúvida nenhuma, o momento que vivemos é um momento muito difícil, que nos obriga a estar muito unidos em torno da vida, em torno de um projeto autárquico, em torno do nosso concelho.

Ouvi muito atentamente a exposição que foi feita pela senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal e quero dar-lhe os parabéns pela forma como apresentou e clarificou o que está em causa. Naturalmente, como todos sabem, esta é uma matéria que todos os anos, durante doze anos, ouvi, e julgo que está na altura de tentarmos encontrar uma solução que seja equilibrada para a Câmara Municipal, ou seja, que não coloque em causa o essencial, mas que vá, também, ao encontro das necessidades das famílias portuguesas. Neste momento, sabemos que o Orçamento de Estado foi aprovado, e nele contém um aumento de dez euros, e foi com muito custo que o Partido Comunista Português o conseguiu junto do Governo, o salário mínimo nacional, também com muito custo, está neste momento em apreciação, um aumento na ordem de trinta euros, em muitas autarquias deste país foram dadas várias iniciativas, e bem, e Peniche também aderiu, como por exemplo, relativamente à questão da água, uma pequena redução que eu considero insuficiente, mas houve redução efetiva, também tenho consciência, porque sinto na pele enquanto Presidente de Junta, bem como as outras Juntas de Freguesia que estão a ajudar em todo o país e no nosso concelho, e sei de alguns casos que ajudamos, pessoas que precisam de alimentação, que precisa, de ajuda, e este é um momento particularmente difícil quando discutimos os impostos municipais.

Face ao exposto e face a tudo aquilo que eu já descrevi, o grupo da Coligação Democrática Unitária, irá ter a seguinte postura nesta discussão dos impostos:

Relativamente ao IMI, nós verificamos e registamos com agrado uma atualização, uma pequena redução, e iremos votar a favor esta proposta;

Relativamente ao IRS, nós não vamos votar a favor, vamos votar contra a proposta que é apresentada pela Câmara Municipal e propomos que seja fixado o valor de 4%, e ouvindo a senhora Vice-Presidente da Câmara, é verdade uma outra coisa que disse, é que nós precisamos de fixar pessoas neste concelho, e precisamos fixar, desde logo, as pessoas mais novas, porque com o momento que vivemos eu temo que alguns dos que vivem, por exemplo, na Serra d'El-Rei andem quinhentos metros e passem para o concelho do lado, Óbidos, onde o valor de IRS é outro. Quero também dizer que a senhora Vice-Presidente da Câmara não disse, e também é importante dizer, que o impacto real desta redução não será automático, ou seja, a proposta que o grupo da Coligação Democrática Unitária está a apresentar, para fixar este valor, não terá impacto no ano dois mil e vinte e um no orçamento da Câmara, isto é verdade, terá em dois mil e vinte e dois, porque os impostos só são vistos e será feita a distribuição para o Município, porque para as pessoas terá impacto imediato a partir de um de janeiro;

Relativamente à derrama mantemos a mesma posição de sempre, neste momento, até com uma justificação redobrada, não há justificação para reduzir a derrama, porquê, porque quem vai pagar a derrama, este ano, são, acima de tudo, empresas de grande dimensão, infelizmente, até porque desde logo as pequenas empresas não vão ter possibilidade de ter receita, quanto mais de pagar, esta é que é a infelicidade.

Nós gostávamos muito que esta questão do IRS pudesse ser contemplada por todas as forças políticas, porque o impacto dela no orçamento é de cento e setenta mil euros. Nós precisamos de dinamizar a economia local e as pessoas precisam de ter dinheiro para gastar, desde logo, no comércio local, porque se não tiverem dinheiro para gastar, podemos ter, ainda, um problema social mais grave, porque neste momento o que estamos a assistir é o encerramento, de forma brusca e abrupta, do comércio local no concelho de Peniche.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Muito boa noite ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, aos senhores membros da Câmara e aos senhores Deputados Municipais. Quem olha para a proposta da Câmara Municipal, relativamente aos impostos, acha que este é um ano normal e que não aconteceu nada

de especial, eu acho que o problema é que não há nenhum reflexo da pandemia e da grave crise económica que já estamos a viver e que se vai agravar nos próximos meses, das dificuldades que as famílias e as empresas estão a passar. Acontece que, como sabemos, este ano não é um ano normal, o número de desempregados não para de aumentar, há cada vez mais famílias a passar dificuldades, muitas empresas estão a atravessar dias muito difíceis e a ter dificuldades em segurar os seus trabalhadores, e mesmo as que conseguem aguentar e não têm quebra na sua atividade têm custos acrescidos com a pandemia, contudo, para a Câmara Municipal, pelo menos no que diz respeito aos impostos, é um ano aparentemente normal, e eu acho que isto é errado, o Partido Social Democrata acha que isto é errado e não o diz agora, não o diz este ano, di-lo desde o início, desde abril, quando apresentámos as primeiras propostas e que já previam a necessidade de redução de impostos, quando ainda nem sequer se adivinhava a dimensão da crise.

Em relação à proposta que a senhora Vice-Presidente da Câmara fez, e agradeço-lhe a apresentação, diria que a redução do IMI é muito limitada e simbólica, portanto, se a projeção de redução do IRS dava para um café e um bolo, os cinquenta cêntimos, em média, que se reduz no IMI não sei para o que dá, e isto quando no último ano a Câmara Municipal teve uma receita de impostos muito maior do que tinha previsto, tal como vimos na prestação de contas, em junho, portanto, quando teve poupanças, pela não realização de despesas, designadamente com eventos, que, aliás, se irá verificar no início ou em boa parte do ano dois mil e vinte e um, porque infelizmente a pandemia está para continuar.

A senhora Vice-Presidente soube dizer quanto é que perderia em receitas com a redução da participação Municipal no IRS, mas não soube dizer quanto é que deixou de gastar em dois mil e vinte, em relação ao que estava previsto, nem quanto é que perde, nomeadamente, mensalmente por não resolver os problemas com as concessões municipais, por exemplo, e na gestão eficiente dos recursos, porque não é só quanto é que deixa de arrecadar em impostos, é quanto é que deixa de arrecadar com as outras coisas que não resolve e, portanto, na lógica da Câmara Municipal, neste ano, que é diferente, as famílias podem ter quebras de receita e têm de se arranjar, mas a Câmara Municipal não pode. O Partido Social Democrata sempre defendeu, não foi só este ano, que a participação municipal no IRS deveria baixar, por maioria de razão mais o defendemos este ano, e foi isso mesmo que fizemos na reunião de Câmara, onde sugerimos que fosse o senhor Presidente da Câmara a fazer esta proposta, para mostrar que não estávamos especialmente preocupados com a autoria da proposta e com os ganhos políticos, queríamos era que isto acontecesse, porque achamos que isto é benéfico. Eu saúdo que a Coligação Democrática Unitária, ao contrário do que sempre disse que isto não era relevante para as famílias, agora aparentemente reconhece que é relevante, porque, de facto, é.

Da mesma forma, a nossa posição sobre a Derrama é sobejamente conhecida e é, também, coerente. Nós, enquanto foi imposição do Plano de Ajustamento da Economia Local (PAEL), votámos a favor, desde que deixou de ser votámos maioritariamente contra, porque entendemos que prejudica a nossa atratividade, e uma vez mais a Câmara Municipal olha apenas para a receita e não pensa na atração de investimento que é o que está em causa verdadeiramente, e nos empregos que tem que gerar, porque o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disse que é preciso fixar os jovens, mas para eles se fixarem não é só o IRS que está em causa, tem que haver emprego.

Relativamente ao IMI, há uma questão fundamental e que o Partido Social Democrata, todos os anos diz e, infelizmente, uma vez mais não está previsto nesta proposta. Há uma redução, que é de saudar, apesar de ser simbólica, mas esta proposta confirma uma situação que, quanto a nós é incompreensível de injustiça e de falta de equidade, dois municípios nas mesmas circunstâncias são tratados de maneiras diferentes e isto não é correto do ponto de vista da justiça fiscal, basta um ter uma casa que está na lista das minorações e das majorações que está a precisar

de obras, faz as obras e tem uma minoração do IMI, o outro ao lado tem uma casa exatamente nas mesmas circunstâncias, mas não está na lista, faz as obras e não tem minoração no IMI e, por outro lado, há o inverso, um que tem uma casa a cair e está sinalizado, está a ser penalizado, porque tem uma majoração no IMI e o outro ao lado que tem uma casa a cair, até pior, mas por não estar na lista não tem a majoração no IMI e, portanto, nós temos chamado à atenção para esta situação recorrentemente. O senhor Presidente da Câmara comprometeu-se, várias vezes no passado, a alterar esta situação de injustiça e uma vez mais não a alterou. Vou apenas dar um número para perceberem a dimensão disto, esta lista no total do concelho tem cinquenta e cinco prédios sinalizados e só na ARU de Peniche havia quatrocentos e sessenta e seis prédios a precisar de intervenção, sinalizados, e só estão cinquenta e cinco no total do concelho. Chamo à atenção que o voto da bancada do Partido Social Democrata, relativamente ao IMI, será favorável, mas que fique muito claro, e isto constará na nossa declaração de voto, que esta situação de injustiça, que é criada por esta discrepância de tratamento entre os municípios, não é correta, não é aceitável, está errada, é um voto favorável pela redução, que é um esforço pouco generoso da parte da Câmara Municipal neste ano de pandemia, mas continua a ser uma proposta insatisfatória.

Relativamente à Derrama o meu voto será contra e relativamente à proposta da Câmara Municipal do IRS será também contra, porque nós entendemos que, de facto, deve baixar a participação municipal do IRS, portanto, eu, pelo menos, votarei a favor da proposta da Coligação Democrática Unitária que vai ao encontro daquilo que foi sempre a proposta formal ou informal, no sentido em que também este ano fizemos a proposta na Câmara Municipal, infelizmente não foi contemplada, logo, votarei a favor da proposta do Coligação Democrática Unitária.»

Ângelo Marques (PS):

Disse

«Boa noite senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores e Deputados Municipais. Relativamente a esta questão dos impostos municipais, obviamente os impostos municipais nunca podem estar dissociados das Grandes Opções do Plano, do Orçamento e, também, obviamente de alguma pró atividade que no nosso entender fica um pouco aquém naquilo que é a cobrança de receita por via das concessões municipais e assim ter uma alavancagem nas receitas. Agradecendo também aquilo que foi a apresentação da senhora Vice-Presidente da Câmara, referir que, relativamente ao IRS, vamos solicitar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal um intervalo de cinco minutos, porque, obviamente há outra proposta, viemos para aqui com uma proposta aprovada pela Câmara Municipal e agora existe outra proposta em cima da mesa, portanto, para sermos responsáveis vamos debater, enquanto grupo da Assembleia Municipal esta questão e depois pronunciar-nos sobre a questão do IRS.

Relativamente ao IMI, tendo a noção que ficou um pouco aquém daquilo que seria desejável e, também, tendo o Partido Socialista um histórico numa proposta semelhante, feita agora pela Coligação Democrática Unitária relativamente ao IRS, feita noutros anos a nível autárquico, também na Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, e podemos dessa forma baixar aquilo que era a incidência do Imposto sobre o IMI, mas temos a noção que devemos ser muito claros, se por um lado fazemos algumas propostas e recomendações para haver um investimento naquilo que é o amenizar e minimizar os danos causados pela pandemia, depois temos que ser coerentes, não podemos exigir tudo, devemos cortar também do lado da receita e, portanto, temos de ser responsáveis nesta questão, e os setes elementos da Câmara Municipal, mas mais o senhor Presidente da Câmara e os Vereadores com Pelouros têm que ter aqui recursos para poderem gerir o nosso município, portanto, relativamente ao IMI vamos votar favoravelmente.

Relativamente à Derrama, pelas mesmas razões e porque obviamente temos que apoiar as empresas, mas também não há uma evidência, dados palpáveis, para afirmarmos que seria uma baixa de Derrama ou a não cobrança da mesma que iria garantir que tínhamos mais atratividade, em termos empresariais em Peniche e, portanto, acho que essa atratividade pode ser conquistada de outras formas, com uma maior celeridade nos processos, com um ambiente mais amistoso para o empreendedorismo e, provavelmente, não seria por um abaixamento na Derrama que algumas empresas não se sentiriam atraídas para poder investir no nosso concelho.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Boa noite a todos os que nos ouvem em casa e a quem está aqui presente na Assembleia Municipal. Gostaria de referir, mais uma vez, que se vê muita publicidade do município, mas nunca o faz ao nível das redes sociais do próprio município para as Assembleias Municipais, e o mesmo acontece relativamente à transmissão online na página do município, da própria Assembleia Municipal, porque me parece que tornaria as sessões da Assembleia Municipal mais acessíveis a toda a população.

Relativamente aos impostos, uma posição muito pessoal ou uma posição enquanto Presidente de Junta de Freguesia. Concordo com o senhor Deputado Ademar Marques de que esta baixa, muito tímida, do IMI não é suficiente, parece que realmente é um ano normal e estamos a viver uma pandemia, penso que aqui, aquilo que as famílias aproveitam desta baixa do IMI devia de ser um aproveitamento maior do lado das famílias, portanto, é certo que a Câmara Municipal perde alguma receita, mas a Câmara Municipal deve tentar criar medidas para acolher receita fora dos impostos, porque os impostos é aquilo que a população paga e esta baixa, naturalmente que é sempre bom baixar o IMI, parece-me muito pouco face aquilo que estamos a viver.

Relativamente áquilo que tenho vindo a referir ano após ano acerca da derrama, mais uma vez não existe da parte da Câmara Municipal nenhuma perspetiva de poder devolver de outra forma às Juntas de Freguesia o apoio que estas, nos seus territórios, dão às empresas e, portanto, naturalmente irei votar contra a proposta da derrama, não por ser contra a cobrança deste imposto, mas porque entendo que a proposta que já fiz noutros anos, que cheguei a fazer inclusivamente ao anterior executivo, creio que no último ano de mandato, de replicar na derrama aquilo que acontece com o IMI urbano, ou seja, 1% da derrama que se recebe de cada freguesia devolver a essa freguesia, não é significativo para o município, até porque no orçamento do próximo ano está previsto uma cobrança de duzentos e setenta mil euros de derrama, se avaliarmos por esta lógica são dois mil e setecentos euros para dividir pelas freguesias, não me parece significativo para o município, para as freguesias, provavelmente, também não será assim tão significativo, mas é bom, e é um sinal de partilha da parte do município, porque as freguesias dão muito apoio às empresas que operam nos seus territórios, na grande maioria das vezes, muito mais rápido do que a Câmara Municipal, e são muito mais vezes chamadas, naturalmente, porque estão mais perto e porque estão no território.

Relativamente a este assunto, a bancada do Partido Socialista, através de mim, solicitámos o envio destes documentos, portanto, do IMI por freguesia, da derrama, fazendo a ressalva que teve uma conversa com a senhora Vice-Presidente da Câmara, em que me explicou também algumas dificuldades que estavam a ter nesta matéria. Reforço o pedido feito pela bancada, há cerca de um ano, e quando for possível gostaríamos de ter acesso a essa informação.»

Inês Lourenço (GCEPP):

Disse:

«Muito boa noite a todos, relativamente ao IRS, vamo-nos pronunciar após o intervalo como foi sugerido pelo senhor Deputado Ângelo Marques.

Relativamente às restantes propostas apresentadas, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche irá votar favoravelmente, congratulando especialmente com a proposta de redução do IMI, defendemos uma redução gradual deste imposto, uma redução que pode ser compensada através do aumento do número de contribuintes que poderão adquirir imóveis no nosso concelho.

Vou partilhar a minha opinião, eu penso que o Senhor Presidente Junta de Ferrel, Pedro Barata, mais uma vez está a ser um pouco injusto na sua análise, eu penso que a Câmara Municipal também tem feito um grande esforço para apoiar as Juntas de Freguesia e apoiar a população no geral, no âmbito desta crise.»

Sofia Barradas (PSD):

Disse:

«Muito boa noite. Relativamente ao IMI, eu acho que já tudo foi dito e agradeço desde já a apresentação que a senhora Vice-Presidente da Câmara fez, porque é sempre importante chegarmos a esse tipo de valores e de dados já tratados, e relativamente a esta redução, obviamente que ninguém, em particular este ano, estará contra uma redução, por mais insignificante que ela seja, será sempre melhor ter alguma coisa do que não ter, é um facto, contudo, eu julgo que no atual contexto nós precisamos de mais, nós no atual contexto precisamos de medidas com elevado impacto financeiro, ou pelo menos um impacto financeiro significativo, isso tem que se sentir, tem que se sentir no bolso das pessoas, tem que se sentir no bolso das empresas, tem que se sentir no bolso do comércio, tem que se sentir no bolso dos restaurantes e, portanto, a função de quem está, nomeadamente, numa Câmara Municipal, e sobretudo neste momento, é elevar ao expoente máximo essa responsabilidade como agente dinamizador da economia local e para isso tem que recorrer a todos os instrumentos possíveis que tem ao seu alcance e, portanto, no que concerne ao IMI a proposta, obviamente, é insuficiente na nossa perspetiva, na medida em que não vai gerar um impacto suficiente, enfim, a redução poderia ser até aos 0,3% e talvez fosse o ano em que devesse ser feita essa redução.

Relativamente à outra perspetiva do IMI, que é sempre aqui apresentada pelo Partido Social Democrata, e que é o encararmos o IMI como um instrumento de Reabilitação Urbana, e isto é muito importante, e o que disse ainda há bocadinho é utilizarmos os instrumentos para o fim que foram criados e não só neste caso, mas muito, também, como instrumento para esta questão da Reabilitação Urbana, e esta questão também assume particular importância neste contexto pandémico porquê, vou dar um exemplo que não se aplica na realidade: “Tenho um imóvel que precisa de reabilitação, eu por acaso até tenho umas poupanças para reabilitar aquele imóvel, sei que posso ter uma minoração no imposto, é um estímulo como outro qualquer, decido fazer então a minha reabilitação este ano, ótimo, porque é isso que a economia local precisa, sobretudo este ano”, portanto, isto é utilizar ao máximo, esmiuçar todos os instrumentos que nós temos ao nosso alcance.

Sobre o IRS, por pouca importância que tenha sido dado ao IRS nos exemplos que a senhora Vice-Presidente da Câmara nos mostrou e que eu gostaria de ter visto os exemplos idênticos para o IMI, mas eu percebo, mas o IRS é o imposto mais importante na vida financeira e fiscal das famílias, não tenhamos dúvidas sobre isso, e se formos perguntar a qualquer pessoa se não quer ter no seu reembolso mais dez euros, mais vinte euros ou mais cinco euros, ninguém vai dizer que não, portanto, eu congratulo-me com a mudança de opinião das restantes forças políticas presentes, ainda bem que mudaram de opinião e mudaram de opinião no ano certo, portanto, felicito por essa mudança de opinião e fico apenas preocupada, porque acho que esse assunto já deveria ter sido devidamente concertado na Câmara Municipal, não deveria chegar a este ponto, na minha perspetiva, é uma perspetiva pessoal, mas não devíamos chegar a este ponto na Assembleia Municipal, surgir por parte de uma força política, que está representada na Câmara Municipal,

uma proposta com a qual, pelo menos da maneira genérica que foi apresentada, eu concordo, mas não deveria surgir agora nesta fase da Assembleia Municipal, contudo, concordo que haja uma devolução, mesmo que seja pouco representativa, acho que deveria acontecer este ano, porque não é aceitável, num ano de quebra de rendimentos, que vai durar ainda muitos meses, talvez muitos anos, os destroços que vamos ter a seguir a esta crise pandémica, e tenho alguns receios e acho que esses sinais são importantes, primeiro porque representam mais uns euros no bolso das pessoas, que poderão ir comprar e poderão pensar ir a um restaurante, cada um à sua maneira e na sua proporção e naquilo que são as suas possibilidades, poderão contribuir para dinamizar a economia local, e mais uma vez será recorreremos a todos os instrumentos que estão ao nosso alcance.

Relativamente à derrama, isto é muito discutível. Nós, em Peniche, encaramos a nossa localização, o facto da cidade de ser uma península, como um privilégio, um fator diferenciador no sentido positivo, só que isso também tem funcionado, ao longo do tempo, como um fator diferenciador negativo, para algumas coisas, nomeadamente para opções de investimento. Um investidor quando pensa em investir, há um quadro de questões que ele percorre, não é a questão da derrama unicamente, para no fim decidir optar por este município ou pelo município ao lado, todos nós sabemos disso e sabemos também que temos uma Câmara Municipal, atualmente e já há muitos anos, sem qualquer dinamização que seja significativa e estruturada para a atração de investimento, basta darmos como exemplo, que em maio, em plena pandemia é que a câmara criou um Gabinete de Apoio às Empresas, isto num município que precisa de investimento, num município que quer e precisa de atrair investimento, acho que todos estamos de acordo com isso, mas nós não temos ainda essa dinamização estruturada e essa é uma questão principal para atrair investimento e, inclusive, para atrair pessoas e eu concordo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, nós precisamos muito de pessoas e precisamos muito de pessoas jovens e precisamos muito de pessoas qualificadas, mas para isso temos que criar um cenário que seja altamente atrativo para essas pessoas. Depois, além de não termos essa dinamização para atração de investimento, também temos processos de licenciamento lentos, não temos planos estratégicos de médio longo prazo, os que são feitos são para responder a requisitos de fundos comunitários para podermos concorrer a fundos comunitários e lá está, estamos localizados numa ponta de território que muitas vezes, nestas questões, funciona ao contrário do que nós queríamos e depois ainda temos a derrama, como um fator diferenciador que será negativo, pode valer pouco ou muito, mas é negativo, não vale a pena estar a ver estas situações de forma isolada é num quadro global. A Câmara Municipal está e tem evoluído nessa matéria, pelo menos é o que nos vai sendo transmitido na questão do Vale do Grou, mas está agora a dar os primeiros passos, nós não temos esse espaço organizado, portanto, não temos essa dinamização estruturada e, portanto, a questão da derrama assume particular importância neste quadro de decisão do investidor. Quanto à questão das duas multinacionais, eu acho engraçado essa afirmação de que as duas multinacionais serão aquelas que podem pagar a derrama, mas convém não nos esquecer que as duas multinacionais empregam um elevado número de pessoas dos nossos munícipes, por vezes famílias inteiras que trabalham nessas duas multinacionais e por serem duas multinacionais, com facilidade estão cá hoje e para a semana não estão, mais facilmente do que as pequenas e médias empresa, as tais outras vinte cinco ou vinte e três que a senhora Vice-Presidente da Câmara referiu, portanto, não aligeiremos o que não deve ser aligeirado.»

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse:

«Gostaria para agradecer a informação que a senhora Deputada Inês Lourenço transmitiu de que as Juntas de Freguesia tiveram apoio, folgo em saber e espero que esse apoio chegue à

Freguesia de Ferrel, porque para a pandemia não sei qual foi o apoio que a Câmara Municipal nos deu.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Este não é um ano normal para ninguém, nós estamos perante uma situação em que todos percebemos onde é que estamos, mas não sabemos como é que vamos terminar, aliás, basta ver que hoje mesmo em Portugal foi atingido o maior número de mortes e a tendência nos próximos dias não será para baixar, e este é que é o drama, independentemente de tudo e das posições que cada um tem, eu gostava de dizer que nós não estamos a discutir um conjunto de impostos numa situação normal e esta é que é a realidade, tanto não é normal que há por todo o país um conjunto de autarquias, pessoas independentes do Partido Socialista, do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, que estão a discutir o mesmo que nós estamos a discutir hoje, que é como adaptar a realidade autárquica às necessidades e às dificuldades das famílias, isto não é um problema de Peniche, porque se fosse um problema de Peniche nós podíamos dizer que havia aqui politiquices para baixar a receita e não é, isto é geral. Nós devíamos encontrar as soluções que eu apelei no princípio para que fossem as mais consensuais possíveis, para que estas propostas fossem simultaneamente equilibradas e que fossem ao encontro das necessidades das famílias, isto para responder, de certa forma, às questões colocadas pelo senhor Deputado Ademar Marques e mais recentemente pela senhora Deputada Sofia Barradas. Nós não mudámos de opinião, a Coligação Democrática Unitária, relativamente ao IRS, não faria uma proposta diferente se não houvesse esta realidade da Covid-19, mantínhamos a mesma opinião, mas também quero lembrar a senhora Deputada Sofia Barradas que não é à Câmara Municipal que compete fixar os valores dos impostos, é à Assembleia Municipal, esta é a nossa competência, e eu não prescindo das competências que tenho, somos nós que temos que aprovar ou não as propostas que a Câmara Municipal apresenta e temos a faculdade que a lei nos dá de dizer se aprovamos ou não, a competência é nossa, é deste grupo que está nesta Assembleia Municipal e dos membros que não estão aqui presentes, mas estão em videoconferência, portanto, a responsabilidade da fixação dos impostos municipais é nossa, é da Assembleia Municipal e por isso a proposta. Quero deixar muito claro que não há mudança, há uma realidade, dois, a competência de fixar imposto não é da Câmara Municipal, é da exclusiva responsabilidade da Assembleia Municipal.»

Sofia Barradas (PSD):

Disse:

«Gostaria de esclarecer que, sim é competência, eu não disse que não era competência e está no seu direito em apresentar a proposta, o que julgo é que estas questões deviam ser tratadas de outra forma e a apresentação de propostas já deviam estar consensualizadas ao nível da Câmara Municipal, mas obviamente que sim, tem toda a legitimidade em apresentá-la na Assembleia Municipal e eu possivelmente serei uma das pessoas que irei votar a favor essa proposta, agora, acho que estes temas não devem funcionar assim, mas é uma opinião pessoal, mas com certeza, é legítimo.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Boa noite a todos, aos que estão aqui e a todos os que estão em casa. Às vezes parece-me que só eu, a minha equipa e os seus técnicos, principalmente aqueles que têm consciência das verbas que são necessárias para gerir uma casa destas, é que têm consciência das dificuldades que nós passamos. Eu não mudei de opinião, eu nunca gostei de pagar impostos, eu tenho é consciência das

dificuldades que as instituições atravessam em função dos impostos, e nem vou falar do que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei falou, que era muito recorrente comparar concelho vizinhos e que não é comparável. Às vezes andamos uma vida inteira a comparar concelhos que não podem ser comparados, Óbidos não é comparável com Peniche, ter uma cidade como esta e a responsabilidade que existe, e eu sempre tive esta opinião, de custos para manter uma cidade, não tem nada a ver com um concelho, com uma pequena vila e com mais algumas aldeias, como também não tenho necessidade de dizer que Torres Vedras tem os impostos todos no topo e nem parece ser muito criticado por isso. Acho que deveríamos, pouco a pouco, caminhar, e admito que há uns anos atrás, no tempo da crise, isto era muito difícil sequer pensar e seria uma irresponsabilidade tê-lo feito, mesmo tendo este mapa do IRS, finalmente veio a reunião de Assembleia Municipal, há muitos anos que se fala nele, agora é uma evidência, a redução de 1%, 2%, 3%, 5% no IRS, acima de tudo, beneficia pessoas que ganham mais, se eu sou contra isso, não, não sou contra, por mim deveríamos caminhar de forma progressiva, para a taxa mínima do IMI, e não é por ser o ano de eleições, é porque eu não gosto de pagar impostos, e também os pago, caminhar progressivamente para a redução do IRS e da derrama, agora se estão a dizer que este é um ano diferente, que é um ano difícil, também é para a Câmara Municipal, e não é verdade, e nós vamos demonstrar oportunamente esses dados, que haja uma diferença tão grande entre aquilo que poupámos e aquilo que estamos a gastar a mais por causa da Covid-19, e vamos demonstrá-lo, é o contrário, estamos a gastar, que é naturalíssimo que isso aconteça. Eu sou apologista, e tenho dito aos meus colegas quando tenho a oportunidade, que a maior luta, a maior prioridade das Grandes Opções do Plano e da gestão de dois mil e vinte e um é a sobrevivência, é como aquilo que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu e acho que temos que estar todos muito conscientes disso e tentar fazer melhor, mas é sobrevivência dentro da medida das funções que nós podemos desempenhar e fazer melhor e proteger melhor os nossos cidadãos, mas também é sobrevivência de uma forma justa e correta, em relação às famílias que mais precisam de nós, às famílias e às empresas, porque generalizar não. Eu não concordo, acho que devemos, e não estamos a exhibir, e estamos a fazer a todas as famílias que nós sabemos que precisam de ajuda, nós estamos a ajudar de uma forma progressiva, noutros apoios que temos dado, inclusive, hoje, pedi alguns dados sobre o apoio ao arrendamento, por causa de outra situação, e isso tem sido feito nos últimos três anos. A zona Industrial do Vale do Grou não começou a ser trabalhada agora, foi pensada há muitos anos, ninguém a trabalhou durante muitos anos, felizmente eu costumo dizer que uma das coisas boas que a gestão anterior deixou, mesmo não tendo desenvolvido o projeto, foi a zona Industrial do Vale do Grou aprovada, já o disse mais que uma vez, e foi importante para nós, logo em dois mil e dezoito, tentarmos em três unidades operativas aconselhar, disponibilizámo-nos para os investidores, alguns são conhecidos, para avançarem, mas não quiseram. Aquilo que está a ser trabalhado, há muitos meses, obviamente não era conhecido, porque eu entendi que devia fechar o conhecimento que começámos a trabalhar, demos os passos necessários para adquirir, possivelmente, alguns terrenos e preparar os processos para apresentar uma candidatura que deveria aparecer, como apareceu. Assim como estamos a trabalhar e continuamos apostados em apresentar, se possível, uma candidatura para a Marginal Norte, como em outros projetos, porque nós estamos a trabalhar em vários projetos de acordo com aquilo que somos capazes, mas não temos capacidade para fazer tudo apesar de que eu gostaria que assim fosse, estavam feitos todos os projetos que idealizássemos, que ouvíssemos e que nos propusessem. Como foi referido, em relação ao IMI e o facto de não termos a avaliação dos edifícios, eu já mencionei isto, nós queríamos todos, aliás, todos os que são possíveis fazer, que aquela comissão técnica é capaz de fazer, porque tem outros trabalhos, eles são feitos, inclusive eu tinha-os desafiado para baterem o record no ano dois mil e vinte de situações que pudessem avaliar, infelizmente veio a Covid-19, e isso não é desculpa, é uma evidência. Quando nos acusam que

gastamos dinheiro a mais também nós podemos dizer, sim, mas eu queria que a Câmara Municipal contratasse mais técnicos, que em algumas áreas tem insuficiências e esta é uma delas, mas há mais insuficiências, se calhar é quase transversal à Câmara Municipal, nós temos insuficiências técnicas para fazer aquilo que nós queremos que eles façam, que nos ajudem, à avaliações que gostávamos de ter, mas não temos capacidade, esta é um evidência, em relação àquele setor, que fazem as avaliações técnicas não conseguem fazer mais, e não digo os nomes publicamente porque são sempre os mesmos a fazer essa avaliação. Têm razão é uma injustiça, não é casa a casa, porque eles fazem por áreas, portanto, se eles forem avaliar uma casa uma ao lado da outra, se uma é avaliada normalmente a outra também é.

No essencial aquilo que eu queria dizer, não quero responder a todos, mas o objetivo é dizer assim, acho que era importante pensamos todos que em termos de futuro a tendência deve ser esta, é ir reduzindo, não de uma forma abrupta, mas se atingíssemos o patamar mais baixo era o ideal, que deveríamos criar outros incentivos, eu não diria para trazer os investidores para cá, porque os investidores vêm para cá naturalmente, sem fazermos um grande esforço, nós temos é que criar condições para eles estarem cá e criar a unidade operativa número cinco da zona Industrial do Vale do Grou como estamos a tentar fazer, é um passo nesse sentido, e temos contactos de que há empresas que se vão deslocalizar e espero que seja a primeira unidade operativa a dar resultado, até porque as infraestruturas, pelo menos o saneamento, vai ser uma vantagem, pode não estar a estrada feita para todos, mas o saneamento será uma vantagem e pode ser um estímulo para que o setor privado, as empresas, quem lá tem propriedades perceba que está aqui uma grande oportunidade, eu tenho a certeza que aquilo vai funcionar. Para além disso, ainda hoje estávamos a referir-nos a tendências de investimento que existem, e eu digo-o desde o princípio do mandato, elas têm acontecido, gostaria que tivessem acontecido mais, mas vão acontecer, provavelmente, nos próximos tempos, não nos setores que nós gostaríamos mais, mas em alguns setores que estão a agarrar imposições, que existem e que estão aí, que são negócios apetecíveis e que deixaram de existir. Eu acredito que a isenção da derrama poderá ser um incentivo, não é significativo, mas é importante, eu continuo com a convicção de que precisamos destas receitas, neste momento, aliás, nós vamos precisar de pedir mais dinheiro para a zona Industrial do Vale do Grou e, provavelmente, vamos precisar de dinheiro para outras coisas. Estamos a renovar praticamente a frota toda de viaturas, em dois mil e vinte um, nos primeiros meses, vamos receber cinco camiões, uma pavimentadora, que não estava no programa, mas face às circunstâncias tivemos que avançar, uma giratória nova, que nem sei se a Câmara Municipal alguma vez teve e outros equipamentos que nunca teve, é muito dinheiro, nós vamos mostrar os investimentos, vamos evidenciar, parece que não é nada, mas, ontem, recebemos mais um equipamento para destroçar as plantas infestantes das zonas florestais, ter uma equipa permanente de Sapadores, vão ver quais são os concelhos que têm, mas tenho a certeza que daqui a três ou quatro anos dificilmente algum concelho da região tenha a sua floresta ou as suas matas públicas e privadas limpas como nós temos, essa é outra situação, bem como o investimento que é recorrente na Berlenga, e eu falo muitas vezes disso, atingiu proporções em termos de investimento que não são comparáveis a dezenas de anos, isto tem que alguém pagar, todos nós, o reforço de algumas equipas técnicas internas que também nos obrigam, em termos orçamentais e de custos, a uma subida dessas variáveis, naturalmente depois tem que ter resultado, e estou só a falar em algumas coisas, porque há uma questão que, na próxima Assembleia Municipal, em janeiro, terá de ser discutida, de um forma ou de outra, seja qual for a decisão da Câmara Municipal, porque eu quero partilhá-la na Assembleia Municipal, mas há outros objetivos que nós temos onde há custos, há o acréscimo de despesa, mas também há objetivos que também têm um acréscimo na receita e é nesse equilíbrio que vai fazer toda a diferença daqui a alguns anos. Acho que Peniche não vai ter sorte, nós somos um concelho apetecível, somos um concelho com condições naturais excecionais e muito bem

localizado, se fizermos aquilo que nos falta fazer, é, ainda, uma missão que dá trabalho, mas o diagnóstico está feito e todos nós, de uma forma ou de outra, percebermos quais são as insuficiências, só as que estão mais enterradas, como a água e o saneamento, é que podemos não conhecer tão bem. As evidências do saneamento é quando está o esgoto a céu aberto, as outras necessidades quase ninguém as conhece, a substituição de uma grande parte da rede de abastecimento de água que quase ninguém conhece nem está avaliada, e posso dizer que é uma responsabilidade muito grande para este concelho nos próximos anos, na minha opinião, porque já o conheço e tenho obrigação, em termos pedagógicos, de os alertar nesse sentido, porque quanto mais tivermos conscientes dessas necessidades mais facilmente nós temos uma política, em termos de decisões, que são mais consentâneas com as realidades, não se deixem enganar pelos números. Eu não estou preocupado se reduz 1% ou 2%, nós temos que nos adaptar. Em último caso, se quisermos fazer política, como muitas das vezes é feita, dizemos: "cento e setenta mil já deixámos de fazer aquilo", é fácil dizer: "olha vamos precisar de um armazém, não nos deixaram comprar os armazéns", é fácil fazer essa política se a quisermos utilizar de uma forma que não é pedagógica, mas que são factos são factos. Não quero deixar de vos transmitir esta preocupação, e não estou a falar em tudo, mas o ano que vem vai ser muito exigente, até porque ainda não definimos, e todos fazem críticas e há críticas que são generalizadas que nós não estamos a apoiar, que não temos estas medidas. Tenho alertado, ajudem-nos, façam-nos propostas que nós possamos escolher aquelas que são as melhores, porque eu também vejo televisão, também vejo concelhos e às vezes até penso para dentro, isto não são medidas para ajudar, são medidas para publicitar, essencialmente, porque ajudam pouco ou são muito direcionadas e só ajudam alguns. Eu, sinceramente, tenho a preocupação, neste momento, de procurarmos ter uma posição mais equilibrada e possível, em termos financeiros para, a curto prazo, penso eu, podermos apresentar medidas de apoio às famílias que cronicamente têm sempre dificuldades, outras passaram a ter mais dificuldades pelo desemprego e outras instabilidades. Os números do desemprego estão a subir em todos os concelhos, mas também no nosso, nós conhecemos esses números e procuramos estar atentos a essas consequências, mas também às empresas, que não são todas. Mesmo pensando e tendo referindo há pouco a questão das multinacionais, uma das questões que eu me coloco é se o maior consumidor de água do concelho, que é uma das multinacionais, que está a pagar o imposto, deve pagar aquele preço ou não da água, não é só os impostos, à outras medidas que podem ser tomadas, mas depois quando chegamos, e este é um ano atípico e acho que seria inconsciente se nós, em termos de tabela de tarifas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, viéssemos propor um aumento, acho que era insensato, mas eu sou daqueles que pensa pelos investimentos que este concelho precisa, em termos de água e saneamento, que nós devíamos ter quase como um pacto, que é impossível no estado atual, de manter anualmente uma atualização, não digo aumento, uma atualização de 3%, 3,5% ou 4% que representa na fatura de cada um de nós, num consumidor normal oitenta cêntimos ou sessenta cêntimos, mas que representa em termos de receita para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento um valor considerável. Em contrapartida, acho que se devia fazer e que nunca foi feito, o município tinha obrigação, todos os anos, de transferir uma verba aceitável da Câmara Municipal para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para investimento. Há uns dias estava a falar com um técnico e ele ficou admirado por eu defender isto, e já o defendo há muito tempo, apesar de nunca se ter conseguido, acho que deveria ser transferido, acho que os investimentos, em termos de água e saneamento, são consideráveis e nós vamos deixar de ter dinheiro para o fazer daqui alguns anos, não é já, não é no imediato, mas será no futuro.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu estive a ouvir com atenção e tenho algumas questões que gostava de referir, a primeira é que eu acho que o senhor Presidente da Câmara faz confusão entre impostos e receita, ou seja, a Câmara Municipal vive não apenas dos impostos, vive das outras receitas também e infelizmente o senhor Presidente da Câmara, e é uma coisa que vem do passado, e também a Câmara Municipal olham apenas para os imposto como única fonte de receita e despreza as outras formas de arrecadar receita, e no seu mandato tem sido especialmente evidente com a incapacidade de resolver qualquer das questões pendentes, que já estavam pendentes, das concessões municipais, e depois o senhor Presidente da Câmara diz que não se pode comparar concelhos com concelhos incomparáveis, mas também há outras coisas a comparar, quando se compara com Torres Vedras, também há, para além da diferença entre os dois municípios, há a capacidade de execução que em Torres Vedras existe e cá não. Outra coisa, o senhor Presidente da Câmara diz em todas as Assembleias Municipais que é preciso aumentar o número de técnicos, mais funcionários além de todos aqueles que já aumentou durante o seu mandato, nunca houve tantos funcionários como há agora e esquece-se que todos esses funcionários, que tem que colocar implicam mais receita, mais impostos e menos capacidade de investimento, que é sempre aquilo que nós dizemos e o senhor Presidente da Câmara também já referiu que é assim, mas vai-se esquecendo, de vez em quando, porque como o Presidente da Câmara disse tem que haver equilíbrio e não há equilíbrio, esse é que é o problema, é que na sua gestão não há equilíbrio, há apenas impostos, nunca teve tantas receitas como no ano passado, nós vimos isso na prestação de contas, no entanto onde é que está o resultado disso, onde é que está o resultados de haver mais funcionários, onde é que está a eficiência ganha, não está e, portanto, o senhor Presidente da Câmara está muito preocupado com a sobrevivência da Câmara Municipal, mas está preocupado com a sobrevivência de uma Câmara Municipal que é ineficiente, que não consegue resolver os seus problemas, não consegue resolver os problemas das pessoas e não está preocupado, por outro lado, com a sobrevivência das pessoas e das empresas, porque o concelho não é só feito pela Câmara Municipal é feito pelas pessoas e pelas as empresas, essas é que são importantes, é ter cá gente a investir, gente a ter emprego, gente a querer viver, não é só sermos atrativos do ponto de vista turístico, é sermos também atrativos do ponto de vista do investimento, isso é fundamental. Quando o senhor Presidente diz que o IRS, neste quadro, beneficia, sobretudo, aqueles que ganham mais, é mentira, a senhora Vice-Presidente da Câmara disse que a maioria das pessoas de Peniche não está no escalão dos que ganham mais, para além disso os que ganham mais também pagam mais, logo, não é verdade aquilo que disse, porque a maioria das pessoas de Peniche não está nesse escalão como é evidente, a maioria das pessoas de Peniche seria beneficiada por essa redução, mas claro que seria mais beneficiada se fosse uma redução de 2% ou de 3% do que será se for 1%, mas seria mais beneficiada do que é na redução do IMI que o senhor propõe.

Relativamente à derrama, de facto, vejo que aí houve, também, alguma mudança. O senhor Presidente admite que pode haver um benefício na atratividade, ainda bem que esta a caminhar no caminho certo, lamento que não tenha sido já neste ano em que era preciso, de facto, dar sinais, porque não podemos dizer que as medidas são boas uma vez que não são para agora, é como a Zona Industrial do Vale do Grou, também era bom, mas não é para agora. Ainda bem que em face da decisão da Assembleia Municipal de recusa da sua proposta que, para além de não ser boa, tinha ilegalidades graves, o senhor Presidente despertou para a questão da Zona Industrial do Vale do Grou e ainda bem que foi motivado por nós, pela oposição que tanto o prejudica como o diz, na verdade foi a oposição que o pôs no caminho certo, portanto, preocupe-se mais em fazer do que em mostrar e evidenciar que foi os verbos que o usou, mostrar e evidenciar os investimentos, preocupe-se em fazer coisas para benefício das pessoas.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Eu, ao senhor Deputado Ademar Marques, já nem sei como devo responder, mas este ano, o que resta, será pior, nós temos que compreender isso. Eu acho piada, em termos de crítica, que eu até gosto e estou sempre muito atento, que eu andava sempre a passear e isto é interessante, eu que levo os dias todos na Câmara Municipal. Há quem diga que eu levo muitos dias na Câmara Municipal, mas que não sei trabalhar e por isso é que tenho que lá estar, não, eu levo muitos dias na Câmara Municipal, e continuo muito entusiasmado, porque os desafios estão aí e as oportunidades também. Este mapa do IRS mostra várias evidências, logicamente quem paga mais recebe mais, mas o caso dois, de uma pessoa que tem um rendimento mínimo e o outro sujeito passivo recebe novecentos euros, no conjunto, o IRS a pagar é mil e novecentos euros, mas se for dois mil euros ou três mil euros são dezasseis mil euros, se for quatro mil euros com quatro mil euros são trinta e dois mil euros, portanto, há uma diferença, mas agora alguns elementos do Partido Social Democrata estão sempre a dar lições, e eu já referi há pouco que ninguém gosta de pagar impostos e, provavelmente, quando se está na gestão se muda de opinião, mas eu não mudei de opinião, e estão aqui pessoas presentes que estiveram comigo em quatro mandatos e sabem que a minha posição foi sempre a mesma, eu é que estou entusiasmado e acho que o concelho de Peniche e a Câmara Municipal, nos próximos anos, vão ter bons resultados, porque aquilo que a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, disse é uma evidência, está a haver mais construção, nós vamos também mostrar esses números, e havendo mais construção há mais pessoas, mais contribuintes a pagar IMI, IRS, se houver mais contribuintes o valor, logicamente, vai aumentar substancialmente, tirando os anos de carência, mas quando passarem três ou quatro anos esse valor vai ser substancial, nos dados que eu tenho hoje, se isso aumenta substancialmente é uma boa oportunidade para ir reduzindo o resto dos impostos, nomeadamente o IMI.

É dito que não se veem evidências. Quem está a criticar alguns serviços de que não estão a corresponder, tem sido feito um esforço sobre-humano de algumas pessoas, nos últimos anos, alguns técnicos e assistentes técnicos, não são todos, mas muitos que estão nesta casa para melhorar substancialmente a forma de servir a população, e eu vou dizer isto porque a senhora Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística o referiu, e preferia que não tivesse referido, nos primeiros meses do ano que vem nós ambicionamos que os processos da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística estejam a dois meses, e para chegar lá, para esta ambição, foi só porque nos criticaram, nós sabíamos, eu sabia, há muita coisa que eu não sabia antes de entrar nesta casa, antes de assumir funções não sabia, esta sabia, quando eu dizia que queria mais dinâmicas, isto não era contra ninguém, era contra o sistema, e alguns dos setores estão a reagir bem. É verdade que a Divisão de Planeamento e Gestão Urbanístico teve azar, tiveram pessoas doentes demasiado tempo, que foi essencialmente mau para eles, mas neste momento estão em melhores condições de trabalho e o corpo de assistentes técnicos também foi reforçado, estou a situar-me só numa divisão, mas a situação é transversal. Nós estamos a trabalhar, os nossos técnicos estão entusiasmados, no balcão único, ambicionamos servir melhor, com mais rapidez, com mais capacidade e com menos gente. Também é verdade que nunca houve uma revolução de sistemas informáticos como está a haver e vai continuar, haviam algumas capacidades, mas vão haver muitas mais, portanto, nós temos um caminho longo para percorrer, continuamos com dificuldades, nomeadamente em termos de espaços para trabalhar, neste momento de Covid-19 também nos acrescentou mais dificuldades, nós separámos as equipas, até para os defender, para não termos azares maiores, nem as pessoas terem azares maiores, nem nós ficarmos sem capacidade de corresponder.

Às outras questões que o senhor Deputado Ademar Marques colocou não vou responder agora, obviamente vou ter muitos meses para responder, já o disse, agora há uma coisa que eu não vou deixar passar, se há ilegalidades só têm que intervir, estão sempre a referir isso, porque há outras questões que me acusam, e eu não ouço algumas coisas, não tenho tempo, mas estou atento, e vou responder a elas, até porque se há coisa que eu sei é que as pessoas não devem ser enganadas

e em política também não vale tudo e eu não vou deixar que valha tudo e vou naturalmente usar aquilo que sei usar, que procurei usar, de forma séria, durante muitos anos, portanto podem-me chamar nomes, podem insinuar, podem pôr outros a fazê-lo quando não querem dar a cara, mas eu vou fazê-lo, não tenham dúvidas que, se a saúde me permitir, vou responder àquilo e de uma forma muito objetiva, tentar não fazer aquilo que já me têm feito, vou procurar não ofender ninguém, ser sério como eu entendo que sempre fui e isso é um capital que ninguém me tira.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Em relação às ilegalidades eu disse quais eram na Assembleia Municipal, espero que tenha tomado nota, porque senão pode consultar a ata, estão lá todas detalhadas, as irregularidades nas avaliações pedidas em relação à aquisição dos armazéns foram todas explicadas, espero que tenha tomado nota, porque eu tomei de facto medidas, votei contra, e expliquei quais eram as ilegalidades.

Relativamente ao chamar nomes, eu nunca lhe chamei nome nenhum, o mesmo não posso dizer relativamente a apoiantes seus, relativamente a autarcas do Partido Social Democrata, portanto, eu não peço a ninguém para lhe chamar nomes a si e gostava que o senhor Presidente tivesse a mesma atitude em relação aos seus apoiantes e aos autarcas que o acompanham nas listas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Duas notas rápidas, primeira, teria sido também elegante da parte da Câmara Municipal quando tomou a decisão de baixar o IMI, que nós concordamos, que eu pessoalmente concordo, ter falado com os quatro Presidentes de Junta de Freguesia, porque uma redução do IMI para a Câmara Municipal é uma redução de IMI para as Freguesias, é a nossa percentagem, é a nossa parte, mas como eu digo nós concordamos não há nenhuma divergência de opinião. Segunda questão, relativamente à Zona Industrial do Vale do Grou, registo porque é verdade, porque fiz parte felizmente desse executivo e orgulho-me muito disso. Como o senhor Presidente sabe, relativamente ao Vale do Grou foi uma prioridade, não fomos mais longe porque não conseguimos, mas conseguimos o essencial, foi aprovar o plano, agora relativamente ao investimento a realizar, disse isto aquando da discussão dos armazéns que foram agora citados, o nosso grupo, quando aparecer uma proposta concreta de apoio para investimento nas infraestruturas do Vale do Grou esta Câmara Municipal ou qualquer Câmara Municipal contará com o apoio dos eleitos da Coligação Democrática Unitária.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Trabalhar a solução da Zona Industrial do Vale do Grou, como alguns elementos do Partido Social Democrata estão a repisar, não é sequência da decisão dos armazéns, e eu mostro isso com facilidade, porque os proprietários dos terrenos daquela unidade de execução sabem muito bem quando é que eu os contactei, nem a minha equipa sabia que eu tinha estado a contactar e estava a trabalhar naquela solução, mas há outros, nomeadamente a número um e a número dois, porque a número cinco é que está a ser trabalhada, que tem proprietários que todos conhecemos, sabem que eu fiz esse esforço logo no princípio de dois mil e dezoito, o que eu acho é que se havia ilegalidades em relação à questão dos armazéns mandava-se o processo abaixo e fazia-se um novo processo, o que eu acho é que foi um mau negócio não se ter adquirido os armazéns como devíamos ter adquirido e agora vamos ter que alugar outro armazém para colocar as máquinas e os carros para não continuarem à chuva, como estão há muitos anos, para além disso, em termos de negócio

e de aquisição, era sempre um bom negócio, independentemente de se optar, daqui a um mandato ou dois mandatos, por fazer o contrário que era vender aqueles armazéns.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Antes de passarmos à interrupção para discutirmos, por cada grupo, em primeiro lugar vamos ter que admitir a proposta. Quero dizer, também, que a proposta do IRS foi aprovada, na Câmara Municipal, por maioria, e o caricato disto tudo é que é a bancada da Coligação Democrática Unitária que faz a proposta para alterar o IRS quando os três elementos que votaram a favor a proposta, foram o executivo mais a Coligação Democrática Unitária, portanto, gostava de esclarecer este tipo de situação.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«O senhor Presidente pode ter a opinião que quiser, não pode é chamar caricata a opinião dos eleitos da Coligação Democrática Unitária sabe porquê, nós não somos burros, com o devido respeito, nós pensamos e temos todo o direito, até porque eu vivo numa freguesia que confronta com três concelhos e sabe qual é a devolução dos valores em cada um dos concelhos, veja o caso de Óbidos, Lourinhã e Bombarral, mas isso eu até dava de barato, mas no contexto da Covid-19, em que as pessoas não têm dinheiro, nós estamos perante uma situação excecional e nós reunimos, analisámos e avalíamos, e aquele que foi o envolvimento do Vereador da Coligação Democrática Unitária tem toda a nossa solidariedade, não há problema nenhum, na Coligação Democrática Unitária ninguém é expulso, tem direito a ter a sua opinião, agora o problema nem é esse, é que na Coligação Democrática Unitária nós discutimos as coisas e o nosso grupo entendeu que face à evolução devíamos ter esta postura, portanto, não há nada caricato, há aqui gente que pensa e que tem posição responsável, é tão responsável a posição do nosso colega na Câmara Municipal, como é a nossa, não tem problema nenhum e nós vivemos disso, e hoje quem preside à Câmara Municipal sabe muito bem que na Coligação Democrática Unitária, as coisas são assim.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Muito obrigado senhor Presidente de Junta de Freguesia, é a sua opinião, eu dei a minha opinião e é o que a Assembleia Municipal recebeu da votação.

Pergunto quem vota contra a inclusão da proposta da Coligação Democrática Unitária.

A proposta está admitida e eu proponho à Assembleia Municipal uma interrupção de cinco minutos para que cada bancada decida sobre a proposta.»

Vereador Rogério Cação (CDU):

Disse:

«Peço desculpa de estar a interromper, nem sequer queria entrar nesta discussão, mas, obviamente, não posso deixar de o fazer. Eu, no espírito democrático que me caracteriza, respeito todas as opiniões e devo dizer que as minhas tomadas de decisão na Câmara Municipal são tomadas em consciência. Eu, em consciência, tomei uma decisão que obviamente justifiquei, na altura, e não sou dono das boas decisões, mas rejeito completamente que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que me conhece há muitos anos e que devia ter mais cuidado com isso, chame caricata a uma situação onde eu participei em consciência, o facto de o grupo da Coligação Democrática Unitária mais tarde, na reflexão que fez, ter chegado a outra conclusão faz parte do exercício democrático, nem eu sempre concordo com aquilo que o grupo da Coligação Democrática Unitária

decide e nem sempre eles concordam comigo, mas o senhor Presidente da Assembleia Municipal fique tranquilo que não há nada de caricato nas minhas tomadas de posição na Câmara Municipal, eu respeito em absoluto a decisão de todos os colegas, de todas as pessoas que intervieram, nesta matéria até aceito que possa não ter razão, porque eu não valorizo como alguns colegas, e bem, valorizam o peso que esta decisão tem na bolsa das pessoas, sou muitos mais apologista de medidas mais efetivas de redução de taxas, de apoios diretos às pessoas do que propriamente este ato simbólico de diminuição de IRS, e foi por isso que eu não tomei outra posição, agora senhor Presidente da Assembleia Municipal não lhe admito que coloque em causa dessa forma a seriedade e a verticalidade com que eu estou nestas coisas, isso peço-lhe desculpa mas não lhe admito, nem a si nem a ninguém.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Vamos interromper por cinco minutos.»

Deliberação n.º 16/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos:

1. Fixar a taxa de 0,8% para os prédios rústicos, para vigorar no ano de 2021, ao abrigo da a) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

2. Fixar a taxa de 0,320% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2021, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro;

3. Fixar uma majoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos degradados que tenham pendentes notificações municipais de intimação, nos termos do fixado no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras, de modo a colmatar más condições de segurança e salubridade, enquanto durar a situação ou não forem executadas as obras intimadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 8 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

4. Fixar uma minoração de 30% sobre a taxa aplicável a prédios urbanos localizados nos centros históricos do concelho que, tendo sido alvo de notificação municipal de intimação, nos termos fixados no n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para realização de obras e tenham sofrido obras de recuperação devidamente comprovadas, ao abrigo do previsto nos n.ºs 6 e 15 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, conforme listagem com os prédios inseridos nesta situação em anexo;

5. Fixar as seguintes deduções fixas em euros da taxa de IMI para os imóveis destinados a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, ao abrigo do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro:

<u>N.º de dependentes a cargo</u>	<u>Dedução fixa na taxa de IMI</u>
-----------------------------------	------------------------------------

Um dependente	20 €
Dois dependentes	40 €
Três ou mais dependentes	70 €

3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NO CONCELHO DE PENICHE, RELATIVAMENTE AOS RENDIMENTOS DO ANO 2021:

A Assembleia passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«A mesa colocou a proposta da Coligação Democrática Unitária como proposta B, e a proposta da Câmara Municipal será a proposta A.

Proponho que as propostas sejam votadas em alternativa.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Eu acho que não pode ser em alternativa, tem que se votar, aliás só pode ser em alternativa se uma das propostas for rejeitada.»

Ângelo Marques (PS):

Disse:

«Se as propostas não forem votadas em alternativa, a Assembleia Municipal pode aprovar as duas propostas e aí sim seria uma situação caricata, portanto, tem que se votar uma proposta versus outra, porque se não caímos no ridículo de podermos aprovar as duas propostas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Nós temos que votar primeiro a proposta da Câmara Municipal, a favor, abstenção ou contra, se ela for aprovada a outra fica de parte, caso seja chumbada, votamos a proposta B.»

Vanda Duarte (GCEPP):

Disse:

«Eu acho que não faz sentido votar as duas propostas, ou sai uma e votasse apenas uma, e neste caso concordo com o senhor Deputado Ademar Marques, porque não faz sentido votar-se uma proposta e a seguir votar a outra.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Imaginem que metade dos membros da Assembleia Municipal vota na proposta A e a outra metade vota na proposta B, caberá a decisão ao Presidente da Mesa, por isso é que eu acho que as propostas têm que ser em alternativa, porque se não for corremos o risco de que a proposta A tenha o mesmo número de votos da proposta B e depois deixam o problema para o Presidente da Mesa.»

Vanda Duarte (GCEPP):

Disse:

«Por isso é que uma das propostas deve ser retirada, mas isso não nos cabe a nós Deputados decidir.»

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Para mim não me faz diferença votar a proposta A e a proposta B, se elas empatarem eu tenho o meu pensamento em relação a isso.»

Tiago Gonçalves (PS):

Disse:

«O que acontece é que a proposta da Câmara Municipal sobre a participação de IRS tem um determinado valor, que deve ser votado em primeiro lugar, a seguir, se a proposta da Coligação Democrática Unitária, que tem um outro valor, for votada em segundo lugar e for aprovada, parece-me que a segunda prejudica a primeira, porque os valores são diferentes, penso eu que esta pode ser uma alternativa, em todo o caso as pessoas já perceberam qual é o sentido da votação dos membros da Assembleia Municipal, portanto temos a proposta da Coligação Democrática Unitária que é a mais recente, que tem um percentual diferente, vota-se essa proposta ou então ao contrário, aquilo que temos que perceber é que há um valor percentual que é diferente e ao ser aprovado um valor percentual diferente é esse que prevalece, portanto o inferior.»

Foi apresentada a proposta da Câmara Municipal de 26 de outubro de 2020, que propõe que a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2021, para inclusão no orçamento municipal de 2022, seja de 5%. Foi apresentada uma proposta alternativa, pelo Grupo da Coligação Democrática Unitária que propõe que a participação no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2021, para inclusão no orçamento municipal de 2022, seja de 4%.

Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, foi a mesma recusada, por maioria, com dezasseis (16) votos contra, dos membros do Partido Social Democrata (7), Partido Socialista (5) e Coligação Democrática Unitária (4), quatro (4) votos a favor, de membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, e cinco (5) abstenções, dos restantes membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (4) e do senhor Raúl Lino, em representação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, (PS).

Considerando o resultado da votação da proposta apresentada pela Câmara Municipal, submeteu-se também a proposta da Coligação Democrática Unitária a votação nominal, de braço no ar, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (5), da Coligação Democrática Unitária (4) e do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (4) e quatro (4) abstenções, dos restantes membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Deliberação n.º 17/2020: Considerando os resultados das duas votações anteriores, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência

estabelecida na alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, por maioria, que a participação no Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS) dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano 2021, para inclusão no orçamento municipal de 2022, será de 4% (quatro por cento).

Os grupos políticos do Partido Social Democrata, do Partido Socialista e do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche informaram que iriam entregar declarações de voto.

O Partido Social Democrata entregou a seguinte declaração de voto:

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da deliberação camarária sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche

O PSD saúda que a Assembleia Municipal, de forma tão expressiva e quase unânime, tenha finalmente acolhido o que vem sido defendido desde há vários anos pelo PSD Peniche de forma isolada: que a redução na participação municipal no IRS é um benefício para as famílias e que se deve caminhar nesse sentido. Saudamos a evolução do pensamento desta Assembleia Municipal naquele que consideramos ser o caminho correto.

Apresentamos anualmente propostas nesse sentido, como voltámos a fazer na Câmara Municipal este ano. Independentemente de ser ou não nossa a autoria da proposta que finalmente é aprovada, votamos a favor e saudamos que esta decisão que sempre defendemos seja tomada, na medida em que constitui um benefício efetivo para a população do nosso concelho.»

O Partido Socialista entregou as seguintes declarações de voto:

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da sobre as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

O PS Peniche tem sido absolutamente coerente nas suas posições ao longo destes dez anos em matéria de impostos.

O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entendeu votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal relativa às taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), considerando os seguintes fundamentos:

1. Reconhece, em primeiro lugar, as dificuldades financeiras do país, do município e das famílias em virtude da pandemia da COVID-19;

2. Compreendendo as dificuldades do tempo presente, todavia, estas não devem servir de justificação para a manutenção de impostos ou seu aumento, sem que haja um devido esforço para aplicar melhor as receitas pagas pelos contribuintes;

4. Ainda no que nesta matéria diz respeito, é importante realçar que todos os anos entram na coleta novos imóveis por fim de isenções e que outros são reavaliados;

5. Apesar da descida das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), ficar um pouco aquém do desejável, permite dar um sinal que pode e deve ser reforçado nos próximos anos.»

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da deliberação camarária sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche

1-O PS Peniche tem sido absolutamente coerente nas suas posições ao longo dos anos em matéria de impostos.

2-O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entendeu votar contra a proposta da Câmara Municipal acerca da participação variável de IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, e votou favoravelmente a proposta da CDU considerando os seguintes fundamentos:

1. Os deputados do PS reconhecem, em primeiro lugar, as dificuldades financeiras do país, do município e das famílias;

2. Entendemos que num momento de maior dificuldade também o município deve dar o exemplo no sentido de limitar as suas despesas correntes supérfluas;

3. Compreendendo, ainda, essas dificuldades, entendemos que estas não devem servir de justificação para a manutenção de impostos, sem que haja um devido esforço para aplicar melhor as receitas pagas pelos contribuintes.»

«Declaração de Voto

Apreciação e votação da deliberação camarária sobre o Lançamento de uma derrama, para o ano de 2021

1-O PS Peniche tem sido absolutamente coerente nas suas posições ao longo dos anos em matéria de impostos.

2-O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche entendeu votar favoravelmente a proposta da Câmara Municipal acerca do Lançamento de uma derrama, para o ano de 2021, tendo por base os seguintes critérios:

a.. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2021, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

b.. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

c.. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2018, 2019 ou 2020, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro

3- Os deputados do PS reconhecem, as dificuldades financeiras do país, do município, das empresas e das famílias

O grupo do PS na assembleia Municipal de Peniche entende que na captação de investimento e de empresas importa tratar de todas dimensões nomeadamente:

A promoção da atratividade global do Concelho de Peniche deve basear-se numa estratégia direcionada para destinatários e públicos-alvo previamente identificados e selecionados e centrar-se em produtos diferenciadores;

Articulação entre infraestruturas, serviços de suporte que permita a integração de vantagens competitivas (financeiras, logísticas, de investigação)

Investimento municipal para a valorização dos recursos endógenos, orientado para a procura regional.

Definição de uma estratégia efetiva de apoio ao empreendedorismo.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Acho que esta é, de facto, uma boa decisão, ainda bem que recolheu o apoio de tantos Deputados Municipais, que mostra que, infelizmente, as coisas às vezes têm de ser, não pela lógica, mas pela evidência de quando se percebe que isto vai ser um benefício para as pessoas, é que as pessoas são levadas a votar a favor, felizmente foram levados a votar a favor, o Partido Social Democrata, como sabe, defende isto há muito tempo e fica muito satisfeito por ver que hoje é aprovado.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Quero, em nome do grupo da Coligação Democrática Unitária, registar com muito agrado que esta nossa proposta não teve nenhum voto contra, o que significa que o apelo que foi feito por mim na intervenção inicial também fez sentido e acima de tudo valeu a pena esta proposta e esta deliberação da Assembleia Municipal, porque em primeiro lugar estão as pessoas.»

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA, PARA O ANO DE 2021:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 18/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos:

1. O lançamento de uma derrama de 1% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas dos sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior a 150 000€, a liquidar e cobrar no ano de 2021, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

2. A isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse 150 000€, para os quais será fixada uma taxa de 0%, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro;

3. A isenção de derrama para as entidades que tenham constituído e instalado a sua sede no concelho de Peniche nos anos de 2018, 2019 ou 2020, ou que tenham transferido a sua sede social para o concelho de Peniche no mesmo período, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2020 (MODIFICAÇÃO 24):

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Rita Petinga, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 19/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da

competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2020 (Modificação 24).

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE PENICHE, PARA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Há o princípio de apresentar, nas Assembleia Municipal, os pontos que estão a votação, não é nada em relação a este ponto em particular, mas as pessoas estão a ver, a Assembleia Municipal é pública, e têm o direito de saber o que está a ser votado.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação do documento.

Deliberação n.º 20/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Freguesia de Peniche, no valor de 11.608,27 euros, para comparticipação da aquisição de uma viatura Peugeot Expert, matrícula AC 69 UF.

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Tenho um prazer enorme em falar sobre isto, primeiro, entendo que é um documento estratégico, estratégico para a questão da habitação, não é só a questão da habitação social é um documento estratégico em que o propósito é procurar delinear medidas para daqui a alguns anos, e pensamos que não podem ser muitos, tenhamos o essencial da habitação resolvida no nosso concelho. Também correspondendo àquilo que foi uma reunião de trabalho que procurámos ter com o Governo, com a senhora Secretário de Estado da Habitação, no mandato anterior, e com a senhora

Presidente do IRHU, onde lhes apresentámos as dificuldades e procurámos passar a informação do diagnóstico que fazíamos, na altura, do nosso concelho. Procurámos perceber se o programa "Primeiro Direito" suportaria esse apoios, essas participações que são necessárias para as medidas que entendemos que devemos implementar e viemos de lá com um propósito de aligeirar, dentro da medida do possível, a contratação desta estratégia, de um documento que, no fundo, fosse a sequência de uma avaliação do concelho e que nos perspetivasse estas medidas e aconteceu, acabámos por contratar uma empresa que, em conjunto com os técnicos municipais e com a nossa orientação e participação, fez o diagnóstico. Quero desde já agradecer, primeiro, à empresa que fez, na minha opinião, um trabalho excelente e que fez um esforço muito grande para conhecer as debilidades do nosso concelho, as insuficiências que temos, mas também aos técnicos municipais, com a coordenação da minha adjunta, Dr.^a Vanda Duarte, que no fundo acabámos por elaborar em conjunto, eu também tive, como não podia deixar de ser, uma participação ativa nos momentos cruciais, porque conheço, porque tenho opinião e também quis aprender. Posteriormente, tendo sido feito o diagnóstico, tendo sido identificadas as carências e, também, as possibilidades que têm muito a ver com a habitação que existe, não só a habitação social, mas também o mercado de habitação. Como todos sabemos existe neste momento muitas dificuldades em encontrar habitação para alugar por várias razões, porque existe pouca habitação para alugar no mercado e os valores por vezes são elevados para algumas bolsas. Há algum tempo como sabem, desde o princípio do mandato, que implementámos uma medida de apoio ao arrendamento, que é considerável, que ronda anualmente o valor de sessenta mil ou setenta mil euros, que tem tendência a aumentar, infelizmente, e a estratégia local de habitação com as medidas que queremos implementar, poderá influenciar de uma forma positiva. Uma das medidas que entendemos, que não sendo o essencial da estratégia, mas que já foi decidida na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, é a descentralização de competências, que foi tida em conta, particularmente o Bairro de Santa Maria, o Bairro da Prageira e o Bairro dos Pescadores. Está a decorrer o processo que, ao contrário de outros processos de negociação de avaliação das descentralizações de competências, tem demorado mais tempo, finalmente recebemos, há cerca de duas semanas, a informação de que a Comissão estava finalmente a ser constituída, porque já tínhamos indicado dois membros para a comissão há algum tempo, aí será uma parte da solução, um contributo para resolver uma parte da habitação que precisamos para pessoas, neste caso, famílias com mais dificuldades. Para além disso, apostamos na reabilitação de algumas habitações, e temo-lo feito com recursos municipais nas habitações que são propriedade do município, nomeadamente, Edifício Coosofi, Bairro Fernão de Magalhães e Bairro Vale Verde, mas também outros edifício, o Bairro do Calvário. O constrangimento em relação ao Bairro do Calvário é que mesmo com os investimentos que se fizeram, e eu vou dar a minha opinião naturalmente, as habitações continuam a ser indignas, por várias razões, mas é a minha opinião e, portanto, uma das medidas que se quer implementar é a reabilitação, mas também a construção de novas habitações. Para além disso, vamos continuar com o apoio ao arrendamento e alguns dos objetivos, que são objetivos ambiciosos, é também envolver os proprietários de habitação e criar outras medidas de incentivo, que vamos trabalhá-las, e vamos procurar trabalhar com pessoas que possam estar interessadas, porque existe também apoios, já hoje existem e nem sequer são apoios municipais, que nós entendemos que devemos aprofundar. Tiveram acesso ao documento da estratégia local, que é um documento extenso, mas que evidencia o propósito de procurar resolver o problema da habitação de uma vez por todas, são doze medidas e dentro dessas medidas está o essencial da estratégia, que tem que ver com a resolução deste problema que ainda é grave, um problema que infelizmente é muito sentido por algumas famílias. Nós continuamos a recuperar as habitações, essencialmente as habitações do Bairro Fernão de Magalhães, Bairro Vale Verde e Edifício Coosofi, e algumas habitações da Rua das Redes e Rua dos Covos, portanto, temos aí algumas habitações neste momento para reabilitar que estão a ser

intervencionadas. No essencial é isto, com este documento o propósito é começarmos, em paralelo com a descentralização de competências da habitação, a trabalhar com a Secretaria de Estado da Habitação e com o IRHU, no sentido de apresentarmos algumas candidaturas que podem ser em simultâneo ou não. Isto tem algumas vantagens, porque são muito bem participadas a maior parte delas, estamos a falar sempre de valores superiores a 50%, tem majorações, tem um conjunto de apoios que não são de desprezar e, depois, depende de cada circunstância. Neste momento estamos a procurar avaliar cada situação, um dos objetivos que parece ser menor, tendo em conta toda a avaliação e diagnóstico que foram feitos, e eu questionei quando me foi referido o número pela primeira vez, que tínhamos vinte sem-abrigo, quase todas vivem sozinhas. Neste momento estamos a estudar a hipótese de construir um edifício, que podemos chamar residencial ou residência, que possa estar preparado com apartamentos de tipo T1, com dignidade, mas que também possa ter aquilo que nós nunca conseguimos fazer no nosso concelho de uma forma eficaz que é acompanhar estas famílias com uma proximidade muito grande, estamos inclusive a equacionar no projeto, que se possa elaborar, que uma parte do edifício tenha condições para ter uma equipa ou para ter um técnico, que não estando permanentemente pode estar alguns períodos dos dias, inclusive, deve ser ponderado se podemos protocolar, e já o referi em reunião de Câmara Municipal, esta situação com uma instituição ou uma IPSS, até porque nós felizmente contamos com várias, boas e interventivas, e também já falei com algumas delas nesse sentido. Há um conjunto de doze medidas que, na minha opinião, tem muito objetividade, que merecem ser mais bem trabalhadas, o diagnóstico está feito, isto foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, onde foi explicado e apresentado, e penso que nos podemos dar por felizes, por termos chegado aqui, agora é procurar implementar de uma forma consciente, de uma forma equilibrada, em termos financeiros, mesmo sabendo que a nossa componente de recursos ao crédito não conta para o endividamento, mas como um Vereador em tempos disse, conta como dívida, isto tem que ser bem estruturado e não vamos apresentar as medidas todas de uma vez só, vamos procurar saber quais são as participações, quais são as ajudas e procurarmos fazer o exercício que normalmente se faz, que é, como é que se paga aquilo que nós precisamos, independentemente de termos 50%, 60%, 70% de apoio, falta a outra componente e se estas medidas são para partilhar, naturalmente, em tempo útil com todos e dentro da medida do possível recolher os contributos possíveis.»

Ângelo Marques (PS):

Disse:

«Relativamente a esta Estratégia Local de Habitação, um documento que acaba por ser um instrumento que define as linhas mestras de intervenção em matéria de política de habitação à escala municipal. Obviamente que o senhor Presidente da Câmara já referiu, nós também lemos o documento, faz um diagnóstico preciso, define objetivos e evidência qualidades, é um documento que está bem elaborado e, portanto, a bancada do Partido Socialista vai votar favoravelmente este documento. É um documento que não apontando medidas e traçando objetivos também não coloca em causa futuras decisões, portanto, acho que é um excelente documento. Quero deixar a nossa preocupação, que se prende com a necessidade de se criar as condições para as reabilitações urbanas passarem de exceções a regra e, portanto, têm de ser as formas de intervenção predominantes no nosso concelho. Obviamente, já houve um trabalho realizado a esse nível, a criação da área de reabilitação urbana no núcleo histórico e central de Peniche e aqui sim os privados também podem usufruir de benefícios fiscais, a questão da isenção do IMT, do IMI e, também, do IVA à taxa reduzida, em caso de reabilitação das suas propriedades, todavia continuam a existir poucas obras de reabilitação urbana, isto é um facto e o senhor Presidente sabe disso, tem acesso em primeira mão a esses números, logo, tem que existir, e temos a noção que nesta fase não é fácil, uma maior sensibilização, uma maior informação, uma partilha de informação mais efetiva e tem que haver

maior celeridade, uma coisa que todos nós desejamos, no tratamento de alguns processos. Para finalizar, entendemos que a Câmara Municipal devia equacionar a possibilidade de uma área de reabilitação urbana, também, para o núcleo histórico e central da Vila de Atouguia da Baleia, acho que era um passo que se deveria dar.»

Maria João Avelar (PSD):

Disse:

«Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, o senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, os colegas Deputados Municipais, todos os que nos estão a acompanhar e os funcionários da Câmara Municipal. Aproveito para os cumprimentar e desejar que estejam todos bem e que assim continuem.

Este documento é um documento efetivamente importante, e no artigo 65.º da Constituição da República consagra o direito à habitação condigna, é um direito importantíssimo, e por isso é importante que ele seja tratado em todos os níveis, em todas as oportunidades e por todos os meios, portanto, tratarmos deste direito, que é um direito fundamental e instituído na nossa constituição, é muito relevante e estamos a levar à prática este direito e é sempre importante de relevar. Quero começar por dizer que esta matéria foi tratada com muita profundidade por outros executivos, também, com muita preocupação, e por isso começava por saudar também esses executivos que precederam e que sempre se preocuparam, uns com mais, outros com menos preocupação, mas também se preocuparam com este assunto e, portanto, saúdo esses autarcas que tiveram coragem em tempos também difíceis de levar à prática medidas para que este direito fosse um direito realmente verdadeiro e saúdo, também, com muita veemência este documento.

Esta estratégia é importante que exista, este documento também sublinha, como foi dito na intervenção anterior, que é um documento importante, é um documento técnico e é um documento que tem um cuidado de apresentação e de detalhe que acho que todos apreciamos, portanto, é um documento realmente importante para o nosso concelho. A análise de contexto de diagnóstico é uma parte relevante do documento e isto para nós traz-nos uma visão global e ao mesmo tempo atualizada, e falo por mim, esta atualização da informação sobre o que é a habitação no concelho é importante e é importante que exista este levantamento rigoroso para depois se definirem as estratégias, como foi feito agora. Quanto à visão e objetivos estratégicos que estão no documento eu sublinho, ainda, que a adesão deve ser consensual, porque é uma visão em cumprimento do direito da habitação, os objetivos também serão consensuais, já as opções podemos ter que analisar algumas com algum pormenor, porque as opções, a implementação da estratégia e a sua monitorização são muito relevantes para a vida autárquica do nosso concelho e aí temos que estar esclarecidos, temos que perceber o que é este documento para estarmos então a caminhar para um consenso sobre esta abordagem que estamos a falar. Verifiquei com agrado que um pilar da estratégia é a reabilitação urbana e a atração de investidores e isso são linhas importantes e são muito relevantes e sem essas linhas não seria uma boa estratégia, por isso, no sentido de que a reabilitação do edificar também está consagrada nesta estratégia, eu tenho que sublinhar, porque acho que é esse o caminho, nós temos construção que precisa de reabilitação e optar pela reabilitação, principalmente estando consagrada nesta estratégia, é para mim um caminho que tenho que realçar e que devemos seguir e aproveitar. Sobre o equilíbrio, que tem que haver sempre, entre as medidas de promoção de habitação pública, com as medidas que promovam outro tipo de habitação, que tem que ver com o setor privado, e que tem a ver com o incentivar a colocação no mercado daquelas casas que, sendo de propriedade privada, podem vir a contribuir para a estratégia que está estabelecida. Quanto a este equilíbrio, só com a leitura que fiz, tenho algumas dúvidas de que isto seja mantido, mas não queria deixar de sublinhar que esta é uma preocupação que devemos ter presente e pensar sempre. É evidente que tem que haver promoção da habitação pública, em

casos muito particulares, mas também temos que dar atenção às medidas, todas elas, desde fiscais, de regulação, todas as medidas que estão na mão da autarquia, para trazerem para o mercado aquelas casas que nós sabemos que existem e que estão devolutas ou que não estão sequer em condições de serem utilizadas e, portanto, essa é uma parte muito relevante e percebo que a estratégia toque nessa parte toda mas queria deixar este sublinhado que este equilíbrio me parece muito relevante. A captação dos apoios por via dos desenvolvimentos dos planos estratégicos que o município deve assegurar também é importante, porque aqueles planos estratégicos de desenvolvimento urbano ou os planos de ação de reabilitação urbana, conhecidos como os PARU, são instrumentos fundamentais e daí a importância de que a Câmara Municipal, também nesta linha, consiga desenvolver em tempo, com os meios adequados e com a celeridade necessária, estes instrumentos que são de suporte também e de atração de investimentos que são importantíssimos para esta estratégia. No início já o disse, mas quero sublinhar que nesta estratégia é muito importante fazer o levantamento, definir as opções, definir as medidas, mas temos aqui fases relevante de implementação e de monitorização da estratégia e, por isso, quero fazer algumas perguntas concretas para ficarmos esclarecidos sobre essa matéria, no entanto, deixe-me sublinhar novamente que este é realmente um documento importante, que nos faz falta e terá com certeza o nosso apoio. A primeira questão prende-se com o Bairro do Calvário, no documento diz que ele ficará integrado numa ARU com uma ORU sistemática a criar na cidade de Peniche. Pergunto se esta decisão foi prévia à estratégia, foi tomada no contexto da estratégia, como é que foi tomada esta decisão da criação da ARU com a ORU sistemática para o Bairro do Calvário. Ainda relativamente ao Bairro do Calvário, a solução habitacional prevista na estratégia refere construção, quer isto dizer que as construções existentes não serão reabilitadas? Haverá demolições naquela zona? Quais serão as áreas principais abrangidas? São questões para mim pertinentes, porque continuo a considerar que a reabilitação é sempre mais relevante do que novas construções. Outra das preocupações tem que ver com a implementação e com o calendário que está previsto, se tivermos presente o que está na estratégia e só para aqueles agregados familiares identificados com carências habitacionais graves, identifica-se no Bairro do Calvário, nos próximos três anos, entre dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e três, a construção de cento e quatro fogos, que é um esforço muito significativo, e a minha preocupação é perceber como é que este esforço, que nunca será inferior a quinze milhões de euros, pode ser atingido em três anos, porque se juntarmos os agregados familiares que estão no Bairro do Calvário aos agregados identificados, e muito bem, com carências habitacionais graves, que são os agregados familiares que residem em acampamentos, isso dá uma totalidade de investimento necessário, em três anos, de cerca de quinze milhões de euros, nunca será menos do que isso. O senhor Presidente falou em apoios que podem rondar os 50%, mas a generalidade dos apoios rondará até cerca de 30%, pelo menos são as informações que temos sobre alguns destes programas que estão mencionados na estratégia, portanto, a minha questão é, este esforço financeiro nestes três anos, para estas famílias que estão identificadas como as mais carenciadas, é viável, conseguimos, isto é realista. É uma preocupação que lhe deixo, porque nós estamos a passar a ideia de que vamos conseguir fazer este esforço financeiro em três anos e nesta matéria da habitação passar expectativas fortes compromete-nos muito. Para defraudar expectativas que nos estão a ser passadas de que nestes três anos nós temos capacidade para gastar quinze milhões de euros para alojar estes agregados familiares com carências graves, parece-me a mim que estamos a passar uma imagem que nos compromete muito e temos de ter a certeza que estamos a passar uma mensagem correta. É uma preocupação e a pergunta concreta é se temos meios financeiros para assegurar este compromisso que vamos divulgar por todos os munícipes de Peniche, e só me estou a referir às carências verdadeiramente identificadas na estratégia como muito graves. O outro ponto é a divulgação e depois a implementação da estratégia obriga efetivamente à monitorização da estratégia, estão muito bem identificados lá indicadores para fazer

a monitorização e isso é um ponto muito importante, pelo que destaco que isso está muito bem feito e é muito relevante. Como referi anteriormente, nós temos investimentos significativos já em dois mil e vinte e um, e a minha questão concreta é se temos meios humanos, se temos a equipa constituída para fazer esta monitorização que é uma parte muito relevante da estratégia, na minha opinião. Com estas questões não deixo de sublinhar a importância fundamental deste documento e com isso congratular-me como munícipe, como membro da Assembleia Municipal e dar os parabéns a quem é devido, ao executivo da Câmara Municipal e ao senhor Presidente da Câmara.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Além de sublinhar a pertinência das questões que a senhora Deputada Maria João Avelar colocou, que me parecem fundamentais para percebermos o alcance, gostaria de dizer que, de facto, é importante haver uma estratégia para a habitação e que ela possa continuar a dar a resposta que executivos de muitas décadas tentaram dar a um problema grave de Peniche, não é da última década, é de muitas décadas, a construção da habitação social, nomeadamente, vem muito para trás, e sabemos que a questões nunca ficou totalmente resolvida, houve sempre questões que ficaram por resolver e, portanto, é bom haver uma estratégia para que o caminho se possa seguir. Há uma questão que o senhor Presidente da Câmara referiu, que eu não vejo refletida neste documento, que é a possibilidade de haver apoios até 70%, o que está no documento e que está no Decreto-Lei, que lhe subjaz, é a possibilidade de apoios de 50%, quando seja reabilitação urbana, e de 30% ou 40%, no máximo, na aquisição, mas em geral 30%, tendo por base o valor de referência que está definido, e para a construção nova apenas 35%, o que significa que, em relação às candidaturas a fundos comunitários, o valor que a Câmara Municipal tem que pôr do seu orçamento é muito superior e, portanto, o senhor Presidente falou de apoios superiores a 70% e eu não vejo isso refletido neste documento. Há uma questão que o Partido Social Democrata vem defendendo e que creio que tem que ver, também, com as questões que a senhora Deputada Maria João Avelar colocou, relativamente ao Bairro do Calvário, que tem que ver com uma gestão eficaz da habitação social, porque a questão das casas serem adequadas aos agregados tem que ver, também, com a gestão ser bem-feita, é uma coisa que temos vindo a defender há bastante tempo, a gestão da habitação social tem que ser melhorada para que as casas sejam adequadas aos agregados familiares a quem estão atribuídas, e em relação à estratégia é isto. Quero também dizer ao senhor Deputado Ângelo Marques, para o caso de ele estar distraído, que o Partido Social Democrata, em dois mil e dezoito, propôs a constituição de uma ARU na Vila de Atouguia da Baleia e tem insistido sobre ela, recorrentemente, na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, o assunto não é propriamente uma novidade, o Partido Social Democrata vem defendendo, há muito tempo, aliá, lamenta que não tenha sido já feita, porque provavelmente já havia mais reabilitação a acontecer.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Primeiro gostava de ter acesso à informação de quando é que foi a reunião com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei sobre este assunto, depois, relativamente à proposta em apreço, merece obviamente o meu voto favorável, merece a minha concordância, no essencial, mas gostava de perceber algumas coisas, uma, Bairro do Calvário é para manter, é para mandar a baixo, qual é a opinião da Câmara Municipal sobre isso, ou melhor da Presidência da Câmara. Na minha opinião, o Bairro do Calvário é para preservar e é para preservar dotando-o de todas as condições de salubridade que aquele tipo de habitação exige, e eu estou à vontade, porque, como sabem, nasci no Bairro dos Pescadores e é um orgulho para qualquer cidadão ter nascido e vivido naquele bairro, com a vivência que tinha, nomeadamente do ponto de vista social. Gostava de perceber, porque é

que esta equipa, relativamente às propostas que apresenta, não é mais ousada. Por exemplo, quando apresentámos a Câmara Municipal, no início deste mandato, um plano para quatro anos, uma das coisas que defendemos foi que, relativamente à Serra d'El-Rei, se impunha a construção a custos controlados, como forma de atrair outro tipo de pessoas para a nossa freguesia. Na zona rural quase todas as pessoas ou um grande número de pessoas, as casas que têm são da sua propriedade, mas nem toda a gente tem dinheiro para ter casa, mesmo aqueles que a têm veem-se com algumas dificuldades para pagar tudo o que tem que ver com os impostos relativamente à casa, mas as pessoas da zona rural, o mundo rural, o povo fora das muralhas, também precisa de incentivos, não pode ser só para o interior, tem que ser para o exterior também, porque isto é um concelho, e nesse sentido acho que, relativamente às freguesias rurais, nós precisamos de ter mais gente, sob pena de vir outra vez aqui escrito que a freguesia da Serra d'El-Rei tem 5% da população do concelho, é normal, então se não há investimento, o investimento é canalizado e concentrado, portanto, esta parte não tem investimento, é fácil fazer contas, e nós defendemos isso e propusemos isso, daí ter feito a pergunta inicial, quando é que foi a reunião com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, agradecia que me informasse para eu me lembrar. Relativamente a outro assunto que tem a ver com habitação e habitação social, nós temos um problema relevante no concelho, não vale a pena fugir dele, o acampamento de etnia cigana, nós temos que falar sobre este assunto, porque é preciso encontrar a solução para este problema e a população que eu conheço, e todos sabem que conheço por razões muito objetivas, porque passei vários anos na Câmara Municipal, de Peniche, relativamente ao acampamento, tem a posição que todos conhecem e temos que encontrar uma solução, porque aquelas pessoas também têm direito a ter habitação. Chegou-se a pensar numa solução, para uma área de uma freguesia, mas apareceu um abaixo-assinado a dizer que não queriam lá as pessoas de etnia cigana, mas o problema hoje não é só de Peniche, é de Porto Lobos, é da Serra d'El-Rei, e estas pessoas que são de etnia cigana, vivem em vários pontos do concelho, por isso temos que encontrar essa solução. De uma forma geral, relativamente ao investimento, acho muito bem tudo o que seja para investir nesta área e tudo o que seja para contribuir para a qualidade, o bem-estar e numa habitação digna a Coligação Democrática Unitária estará de acordo.»

Vanda Duarte (GCEPP):

Disse:

«Gostaria de responder ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que foi enviado um email, em julho, ao qual respondeu. A reunião estava agendada para o dia vinte e dois de julho, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia estava de férias, foi remarcada para uma quinta-feira, dia vinte e três, mas iniciava eu as minhas férias, inclusivamente, foi uma das primeiras Juntas de Freguesia com quem marcámos reunião, todas as outras, a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, a Junta de Freguesia de Ferrel e a Junta de Freguesia de Peniche reuniram no dia acordado. No mesmo dia, mas a horas diferentes, o técnico Victor Ramos entrou em contacto com o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, via telefone, e ficou dessa forma marcada, e deve ter o registo por email, esta era uma questão que gostaria de deixar esclarecida. Relativamente às casa do Bairro do Calvário, eu conheço as casas e julgo que a grande maioria também conhece, o facto de ser um T3 não significa que se consiga fazer um T3, devido às dimensões dos quartos, para além disso as casas que foram reabilitadas, há cerca de quatro anos atrás, neste momento estão em condições impossíveis, deploráveis para quem lá vive e estamos a falar de habitações que foram reconstruídas e que deviam estar bem, as pessoas não deviam estar com chapéus de chuva abertos ao pé do fogão, porque cai água, e isso é diário. Quanto à construção e à atribuição de casas, por parte da ação social, é feita não só uma avaliação socioeconómica da família, mas mais importante que tudo, a parte social é sempre tida em conta.

Isso consta no Regulamento da Habitação Social, são critérios tidos em conta, ninguém é colocado de forma a que exista uma sobrelotação do espaço, enquanto que no passado houve muitas sobrelotações, hoje torna-se impossível termos oito, nove e dez pessoas na mesma habitação, e é difícil controlar, pior ainda quanto está a caminho uma transferência de competências. É preciso ter em conta que isto é um documento estratégico que está para aprovação, a partir daí é que se pode avançar e dar os passos seguintes.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Quero dizer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, que estamos sempre disponíveis para reunir quando entender, sobre esta matéria ou outra qualquer. Esta estratégia não é uma estratégia para a cidade, mas aproveitando posso dizer que há investimentos que se fazem na cidade, porque não nos deixam fazer, e isso o senhor Presidente da Junta de Freguesia sabe bem com certeza, em relação aos fundos comunitários. Infelizmente grande parte dos apoios são centrados nas zonas urbanas. Penso que é desejável, e está no nosso pensamento, que os agregados de etnia cigana, que estão localizados, mais fortemente, em três casos, sejam avaliados, mas não se vai resolver este problema sem investimento e sem criar condições de habitabilidade, de apoio e de proximidade e, na minha opinião, nós temos estado a fazê-lo bem, temos tido proximidade com esta população que tem características muito próprias, mas que nas vezes que reuni com alguns deles foi-lhes dito que o concelho iria ter um custo, o município e as pessoas pagam impostos, mas que iríamos procurar resolver o problema de habitabilidade, mas que seríamos exigentes, e estou a dizê-lo aqui publicamente. Vamos ser exigentes, nós temos que fazer um contrato com estas pessoas, não é só para lhes resolver o problema da habitação, nós queremos promover a sua integração, naturalmente, com muita paciência, não se faz de um dia para o outro, mas que possamos melhorar de forma significativa aquilo que é uma das maiores vergonhas que nós temos e a culpa não é só deles, é de todos nós que temos passado por estes lugares e não temos conseguido resolver o problema, portanto, o objetivo é esse, quando se fala em apoios de 30%, por exemplo, nestas situações nós estamos convencidos que somos capazes de ir buscar mais de 70%, porque há situações que têm um apoio completamente diferente. Deixem-nos trabalhar um bocadinho nas soluções que queremos elaborar, este é um processo o mais aberto possível e temos tempo, não é fácil, há aqui peças que vamos ter que contratar fora, porque não temos recursos suficientes para fazer tudo o que temos como objetivo.

Em relação à ARU, já foi feito o trabalho, os técnicos externos responsáveis pelo PDM, estiveram mais que uma vez reunidos e andaram na Vila de Atouguia da Baleia, o objetivo é fazer mais ARU dentro da cidade, fazer a ARU de Atouguia da Baleia e se não houver uma necessidade extrema, por causa das candidaturas, de fazer primeiro a ARU da zona do Bairro do Calvário, aquilo que estava previsto era fazer a ARU de Atouguia da Baleia e está prevista e tem que ser concluída, o problema é libertar esses técnicos de fechar o dossier do PDM, da responsabilidade deles. Está, também, nos nossos horizontes, naturalmente, o interesse da ARU da Serra d'El-Rei, mas mesmo dentro da área mais urbana da cidade, penso que podemos alargar esse âmbito, ao mesmo tempo devíamos ter recursos para acompanhar, porque dizem-nos que nós não podemos ter mais recursos, mas depois temos que ter mais objetivos, isto é de uma exigência muito grande porque estamos a fazer muita coisa ao mesmo tempo.

Estas medidas têm que ser sempre equilibradas e elas serão sempre apresentadas à Câmara Municipal e partilhadas com a Assembleia Municipal, sempre que possível e à medida que se forem construindo, esta é uma estratégia, mas é uma estratégia com doze medidas. Nós vamos dar prioridade a algumas destas medidas, que são as situações mais graves, e alguns autarcas já me referiram muitas vezes isso, e em sede do PDM a questão da etnia cigana também será tido em

conta, mas não é só, nós devíamos, tendo como objetivo resolver os problemas dos acampamentos, procurar assumir que nós temos que resolver o problema de habitação de todas as pessoas que estão a viver de forma indigna e não são só os da etnia cigana, são todos, depois como é que vamos estruturar essa estratégia, será partilhada e os custos, será tudo tido em conta e penso que durante o ano dois mil e vinte e um terão, naturalmente, novidades, em relação a isso.

Em relação à motorização, a seu tempo daremos conta.

Se foi opção, sim foi, em relação à ARU do Bairro do Calvário, por acaso já tinha sido equacionada essa hipótese, há cerca de dois anos, quando se falou na ARU de Atouguia da Baleia, eu coloquei a questão que via como interesse o Bairro do Calvário, e agora há um interesse óbvio, até porque os apoios são completamente diferentes, não só na perspetiva de reabilitação como também na perspetiva que poder também ter a ver com a construção, são diferentes os apoios de algumas medidas.

Se eu refiro construção, sim, há muita gente que conhece o Bairro do Calvário, a senhora Deputada Vanda Duarte agora também conhece melhor, o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, conhece razoavelmente, na minha opinião, outros conhecerão, mas o Bairro do Calvário não é um Bairro do Calvário, são vários bairros no mesmo bairro. O Bairro do Calvário foi feito em várias fases, mas grande parte das casas mesmo reabilitadas é uma carga de trabalhos para conseguir que sejam dignas, é um pouco aquilo que a senhora Deputada Vanda Duarte estava a dizer, pode ter um T4, se tem um quarto com dois metros por dois metros não é digo, não há muito a fazer naquelas casas mesmo com uma grande reabilitação, não é digno e para as tornar dignas temos que as alargar, mas em determinado momento quase que as casas não ficariam. Eu já tenho dito a algumas pessoas que defendem a manutenção do Bairro do Calvário, e não quero ser ofensivo, que vão viver para lá, mesmo com a casa reabilitada, e percebam o que são aquelas casas. Na minha opinião, se me perguntarem com objetividade, eu acho que nós devemos preservar aquilo que é a parte mais antiga do Bairro do Calvário com algumas casas, depois devemos ir reajustando e ordenando o bairro de outra forma. Há um conjunto de casas, as casas amarelas, que são as casas mais antigas e não são todas iguais, depois temos umas casas que estão viradas para o Hipermercado Continente, na Rua General Humberto Delgado, que não têm nada a ver com o bairro e são casas também muito pequenas, e depois temos umas brancas que se parecem com vivendas, mas também já não estão em grandes condições e, inclusive, mesmo depois de reabilitadas têm muita humidade, portanto, o que vai ser apresentado não é fazer um Bairro do Calvário de uma só vez, é ir apresentando e estudando determinadas áreas, até para fazer a gestão do realojamento das pessoas. Eu acho que devem estar interessados, mas não estejam preocupados em demasia, mesmo em relação aos quinze milhões, nós vamos apresentar projetos e para já temos que aprofundar a questão dos apoios, porque é verdade que quem lê a legislação e alguns programas parece que é só 30%, deixem-nos trabalhar as propostas, deixa-nos negociar o que é preciso e depois a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal decidiram aquilo que é o melhor caminho, nós temos é que trabalhar e apresentar as propostas. Registei as vossas preocupações e naturalmente para mim também são relevantes.

A senhora Deputada Maria João Avelar colocou a questão da reabilitação, tem que ser trabalhada, tem que ser aprofundada, o problema são os recursos para trabalhar todas as medidas ao mesmo tempo, estas e as outras, nomeadamente na área da gestão urbanística, que são exigentes, e nós não temos esses recursos, mas também na área social, nós estamos com falta de recursos e cada vez vai ser mais exigente e o apoio à Covid-19 concentrou praticamente todas as pessoas da área social.

Quando se refere a construção de cento e quatro fogos, é uma perspetiva, nós estamos a procurar estudar as áreas por etapas, podemos isolar um lote de dez ou doze casas e trabalhar essa área e apresentar projetos, provavelmente não serão casas de rés-do-chão, serão de primeiro andar,

pensando que as casas do rés-do-chão serão mais direcionadas para pessoas mais idosas e as de cima para pessoas mais jovens, mas também tentar fazer um misto de pessoas, juntando pessoas, passo o termo, excluídas, a pessoas integradas, é um trabalho também da área social, não é só de projeto e não só de opção política, a opção política é, no fundo, aproveitar esta oportunidade para ir mais além. Não sei se serão cento e quatro, é um estudo, no fundo a estratégia aponta para aquilo que é o desejável, mas se nós tivermos capacidade para andarmos depressa, por exemplo, quem conseguir começar a construir em dois mil e vinte e um tem bónus, em dois mil e vinte e dois tem bónus e em dois mil e vinte e três tem bónus, é aquilo que está delineado, temos que trabalhar depressa, aliás estamos a trabalhar neste momento em algumas coisas que ainda não estão a ser partilhadas, mas que serão a seu tempo.

Se é em três anos ou em seis anos, a estratégia está montada, está delineada, acho que cada etapa que conseguirmos ultrapassar será um conjunto de problemas que ficam para trás, até pode ser que daqui a três anos, fazendo a avaliação do que foi feito, das medidas que foram tomadas e das soluções que foram encontradas, em conjunto com medidas com o setor privado, porque há medidas que até podem já estar pensadas na estratégia e podem já não ser necessárias, como também é verdade que há outras que não estão pensadas e que podem aparecer como oportunidades e terão que ser trabalhadas, e isto é nesta e em outras áreas de gestão da Câmara Municipal, dos municípios, deve ser assim.

Há um princípio, a palavra de casas indignas é do Primeiro-Ministro, o programa “Primeiro Direito”, quem o quiser ler percebe que há ali muita sensibilidade de quem produziu aquela legislação e que está muito centrado para acabar com a indignidade que é não termos casas para as pessoas que não têm, essencialmente, recursos ou que não foram educadas ou por qualquer razão estão inadaptadas àquilo que deve ser uma sociedade, aliás é um direito que está estipulado na Constituição, praticamente desde o 25 de Abril, e que não temos conseguido cumprir. A pior coisa que fazemos, e podemos não conseguir, é não acreditar, há projetos que estão em andamento e se nós não acreditarmos nem os tínhamos começado, há um projeto, e eu não vou dizer quem foi, que quando começámos a discutir, com objetividade o que era o projeto, tive várias pessoas a dizer: “é pá assim, é assado e não sei quê”, e isso é a pior coisa que se pode dizer. Nós podemos fazer o projeto e depois não executá-lo, porque não há recursos, ninguém sabe, ninguém garante, como os senhores Deputados já disseram de forma diferente, o que vai acontecer daqui a seis meses, se aquilo que estamos a delinear, seja nesta ou em outras estratégias que temos que parar, investimentos que temos parar, porque acontecem coisas muito mais graves, e é legítimo que nós tenhamos que tomar decisões diferentes, agora nós temos que trabalhar, acreditando que vamos ter um bom futuro e que é essencial que o município, que a Câmara Municipal, prepare as estratégias, que prepare projetos para quando existirem oportunidades os possa apresentar, quem é que nos diz a nós que, por exemplo, ainda em dois mil e vinte e um, os fundos comunitários não possam ser executados como quase sempre acontece e aparece uma oportunidade para habitação, fala-se, neste momento, em participações na ordem dos 100% em algumas áreas, e há documentos escritos nesse sentido, agora se não tivermos as propostas não podemos fazer candidaturas.»

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse:

«Aqui ao meu lado está um colega de bancada que, como sabem, é meu irmão, nós vivemos no Bairro dos Pescadores, sabemos as dimensões de uma casa de bairro social, cabe uma mobília e às vezes temos que passar por cima da cama, as casas dos bairros sociais são, por natureza, pelo menos as do nosso concelho, casas com áreas pequenas, o problema aqui é, eu espero que este executivo não pense em fazer no Bairro do Calvário aquilo que foi feito relativamente ao outro bairro à entrada de Peniche. Eu até posso admitir que num determinado contexto seja tomada a

opção de que, relativamente ao Bairro do Calvário, podem não ficar todas as casas, mas o Bairro do Calvário tem que se manter, ele faz parte da nossa identidade, tem que se tomar medidas, tem que se ter melhores condições, tem que ter uma laje como deve ser, tem que ter o telhado como deve ser, tem que ter umas paredes com novos revestimentos, porque todos os que vivemos à beira mar sabe que o clima é tramado e as pessoas nele habitam têm que ter condições dignas de habitação. Vamos aproveitar os meios que vão estar à disposição das autarquias, neste caso, e também os próprios meios da autarquia de Peniche e vamos então fazer o que é necessário fazer, ou seja, fazer aquilo que é preciso fazer, não há aqui dúvidas sobre isso. Concordo perfeitamente de que a preocupação não deve ser só uma preocupação, relativamente à casa, ao telhado e tudo o que existe numa casa, mas acima de tudo ao envolvimento das pessoas em comunidade, as pessoas devem estimar aquilo que têm ao seu dispor e muitas vezes o fazem. Eu recorro que vivi num bairro em que as pessoas, sempre que havia a festa da Nossa Senhora da Boa viagem, caíavam a sua casinha para ver qual era aquela que estava mais branquinha e todos sabemos, e eu sou testemunha disso, que muitas vezes nós recebemos pessoas, eu recebia pessoas que me diziam que vinham pedir uma fechadura, mas depois tinham lá os LED em casa, isto é que não pode ser. Nós temos que falar a verdade às pessoas, a habitação social tem que ter regras, as pessoas têm de tomar conta daquilo o que está ao seu dispor, porque aquilo é património de todos e faz todo o sentido, numa política de habitação, um, criar todas as condições, dois, a responsabilização individual e coletiva, por aquilo que é património de todos, eu acho que essa deve ser uma aposta fortíssima na consciencialização de todas as pessoas que têm acesso a um património magnífico. Relativamente ao património municipal faz sentido investir, faz sentido adquirir novo, mas eu acho que também faz sentido, em alguns casos, e o senhor Presidente sabe que eu tenho essa opinião há muitos anos, vender algum desse património aos interessados, porque a Câmara Municipal não pode estar a pensar toda a vida em ter vinte e dois, vinte e quatro, vinte e seis ou trinta bairros, porque depois quando for preciso fazer a manutenção já não há dinheiro para a fazer, portanto, eu acho que essa é outra preocupação da política de habitação.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Quando iniciei funções um dos levantamentos que solicitei, em relação a um bairro em concreto, foi procurar fazer a avaliação dos recursos financeiros dos seus agregados familiares, que eram se não estou em erro quarenta e sete, chegámos à conclusão que dos quarenta e sete só dois é que tinham condições para adquirir a habitação, a custos baixos, e quero dizer com isto que há situações e refiro-me concretamente a blocos da Rua das Redes, blocos da Rua dos Covos e, objetivamente, duas habitações, que estão degradadas, na Fundação Salazar Velha, que são os edifícios que ficam no meio do Bairro do Calvário, e esses eu defendo que sim, que devem ser vendidos, inclusive no Bairro Valverde, a zona mais velha, onde existem casas partilhadas entre a Câmara Municipal e privados, eu penso que se fosse possível, se a Câmara Municipal fosse ajustando, que essas casas sim, fossem vendidas, ou seja, para ter habitação municipal, na minha opinião, deve ser o bairro todo, se a opção for vender que se vá vendendo aquelas partes que são partilhadas com pessoas que têm a sua própria habitação. Acho que é muito interessante e que mais tarde ou mais cedo isso vai acontecer, será mais fácil de acontecer a partir do momento em que a questão da procura e da oferta esteja mais ou menos resolvida, esteja equilibrada, e com isto não quer dizer que vou abandonar essa ideia, se calhar há duas ou três situações que oportunamente se pode apresentar, as duas que eu, há pouco, referi, penso que deveríamos seguir esse caminho, mas no momento oportuno apresentaremos.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Senhor Presidente, eu ouvi o que disse e claro que há outros programas que, com certeza, podem ser comparticipados com outros valores, a verdade é que no documento que nos foi entregue, nas prioridades, o único programa que é referido é o “Primeiro Direito”, as percentagens e os valores que estivemos a falar estão nas prioridades não estão noutras prioridades, estão ali, portanto, nestas são apenas estas as percentagens não são outras, são 50% para a reabilitação, daí a importância que a senhora Deputada Maria João Avelar, e não só, falaram da reabilitação. O senhor Deputado Ângelo Marques, de facto, também falou nisso, é realmente um instrumento importante que a Câmara Municipal tem, ainda por cima se é mais comparticipada, para a construção é mais baixa e se calhar seria de pensar em reabilitar mais, eventualmente, adquirir, se vissemos que seria uma boa oportunidade, reabilitar e tentar assim dar resposta à carência, é essa a questão fundamental, a prioridade não deve ser tentar à força resolver o Bairro do Calvário, não, deve ser resolver a carência das pessoas, se for no Bairro do Calvário muito bem, mas se for preferível fazer noutras sítios melhor. Como o senhor Presidente sabe, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador, disse e eu também já o fiz, no passado e volto a dizer, que não me parece minimamente razoável pensar em destruir as casas do Bairro do Calvário para construir prédios, já o disse e volto a dizer, até porque na própria estratégia está referido que é precisa habitação T0 e T1 para cerca de quarenta agregados, ora, se há necessidade de casas pequenas, podem ser reconvertidos T3, que não servem como T3, para casas mais pequenas, com reabilitação, com custos menores do que a construção nova e com maior comparticipação, é essa a nossa posição relativamente ao Bairro do Calvário.

A outra grande prioridade referida na estratégia além do Bairro do Calvário é a questão do acampamento de etnia cigana e, de facto, é um problema difícil de resolver, ninguém põe isso em causa, mas tem que se falar dele como o senhor Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei disse e o senhor Presidente da Câmara também o disse, é o maior problema que temos no concelho e é um problema que se está a agravar, e isso é, também, importante ver, não é só fazer estratégias, elas têm é que ser exequíveis e o problema é que os dados que existem, de dois mil e dezassete para agora, o acampamento de Peniche subiu em 50%, passou de cem indivíduos para cento e cinquenta e, portanto, o problema vai-se agravando, por isso eu, de facto, acho que é um problema muito difícil, não ponho em causa e nem venho com facilitismos, mas tem que se começar a pensar como é que na prática se faz, e se há estes apoios disponíveis então é bom que se veja como é que na prática se vai resolver. Volto a dizer, mais do que se resolver o problema do Bairro do Calvário parece-me é importante resolver o problema das pessoas, seja lá onde for.»

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse:

«Nós não assumimos que as medidas eram todas para o Bairro do Calvário, as medidas são descentralizadas e também estão a pensar como resolver o problema das pessoas de etnia cigana. Eu não tenho os números de cor, mas para já não subiram 50%, de dois mil e dezassete para agora, não quero entrar em polémicas, neste momento as pessoas que estão lá são cento e trinta e cinco, não são duzentos.»

Deliberação n.º 21/2020: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a Estratégia Local de Habitação.

8) NOMEAÇÃO DE UM CIDADÃO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«Houve um cidadão que saiu da CPCJ e o Partido Social Democrata fez uma proposta que enviei para todos os elementos. Em relação à votação, fiz uma sugestão, apenas se votaria sim ou não, não se colocava nome de ninguém, porque poderia ser complicado para quem está em casa. Penso que recolheram os votos dos senhores Deputados que se encontram em videoconferência, nós vamos votar e os votos que têm presentes vão coloca-los dentro da urna, depois a mesa faz a contagem.»

António Moniz (GCEPP):

Perguntou qual era a proposta do Partido Social Democrata.

Presidente da Mesa da Assembleia, Américo Gonçalves (PS):

Disse:

«A proposta foi enviada a todos os líderes de bancada, mas o senhor Deputado Ademar Marques pode fazer a apresentação.»

Ademar Marques (PSD):

Disse:

«Tendo havido dificuldade em reunir com a CPCJ, por falta de quórum, e havendo a insistência para que fosse apresentado outro nome, propusemos, depois de saber a disponibilidade da pessoa, o nome da senhora Leonor Valla que é de Atouguia da Baleia e que manifestou disponibilidade para estar na Comissão Alargada da CPCJ.»

Deliberação n.º 22/2020: Submetida a proposta a votação secreta, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no na alínea l) do número único do artigo 17.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, por maioria, com dezanove (19) votos sim, e um (1) voto em branco, designar a cidadã que adiante se indica para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Peniche em modalidade alargada: Maria Leonor Correia Valla (Indicada pelo Partido Social Democrata).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 23/2020: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e trinta minutos do dia doze de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão extraordinária, da qual,

para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos três, cinco, seis, sete, nove, dez e onze, aprovados nesta reunião, ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
